



Produção industrial cai 0,9% em maio, diz IBGE

Estado de SP cria 329 mil empregos formais nos primeiros cinco meses do ano

Página 2

Desenrola Pequenos Negócios renegocia 60,8 mil contratos em um mês

Página 3

Municípios mais atingidos por cheias têm até 92% dos empregos afetados

Nos municípios do Rio Grande do Sul mais prejudicados pelas inundações do final de abril e maio, a proporção de postos de trabalho formais afetados ficou entre 84% e 92%, revela estimativa inédita divulgada na quarta-feira (3) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O percentual de estabelecimentos privados atingidos nos municípios de Eldorado do Sul, Roca Sales e Muçum situa-se entre 74% e 82%.

Segundo o Ipea, as estimativas dão uma ideia da dimensão da tragédia que devastou o estado. Pelo menos 27% dos estabelecimentos e 38% dos postos de trabalho na capital, Porto Alegre, foram diretamente atingidos. O estudo publicado pelo Ipea analisou de que forma as enchentes afetaram os estabelecimentos (não incluídas residências, empresas públicas ou da administração pública) e postos de trabalho (formais, com carteira assinada) nos 418 municípios gaúchos onde foi decretado estado de calamidade ou de emergência.

De acordo com o Ipea, em todas as cidades, ao menos 23,3 mil estabelecimentos privados (9,5% do total nesses municípios) foram diretamente atingidos, assim como 334,6 mil postos de trabalho (o equivalente a 13,7% do total).

Segundo dados do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) usados na pesquisa, os 418 municípios apresentavam, em abril de 2024, 243,7 mil estabelecimentos privados e 2,45 milhões de empregos formais.

Os autores do levantamento ressaltaram que o impacto de eventos climáticos extremos, como o ocorrido no Rio Grande do Sul é mais amplo que o reportado nesse estudo. Isso porque mesmo estabelecimentos indiretamente atingidos também podem ter sofrido consequências – já que seus fornecedores, consumidores, ou infraestrutura de escoamento podem ter sido afetados. (Agência Brasil)

Previsão do Tempo

Quinta: Sol com algumas nuvens. Não chove. 27º C / 14º C



Fonte: Climatempo

Agricultura familiar terá R\$ 76 bilhões para produção de alimentos



Foto: Valter Campanato/ABR

Página 8

Moraes mantém prisão de acusados do assassinato de Marielle

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu na quarta-feira (3) manter a prisão dos irmãos Brazão e do ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro Rivaldo Barbosa.

Eles estão presos desde março deste ano e réus pelo suposto envolvimento no assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, em 2018.

Moraes seguiu parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR). Para a procuradoria, a prisão é necessária para a garantia da ordem pública e o andamento das investigações.

No mês passado, o Supremo

transformou em réus o conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro (TCE-RJ) Domingos Brazão; o irmão dele, Chiquinho Brazão, deputado federal (sem partido-RJ); e Rivaldo Barbosa. Todos respondem pelos crimes de homicídio e organização criminosa e estão presos em presídios federais.

O pedido de soltura foi feito pela defesa dos acusados. Segundo os advogados, não há perigo de fuga, e medidas menos gravosas podem ser determinadas pelo ministro.

Moraes também negou a transferência de Domingos Brazão para uma cela especial de estado-maior, conforme solicitado pela defesa. (Agência Brasil)

Esporte

Rally Raid Mundial

Mitsubishi desenvolve no Brasil carro para disputar a principal categoria

Triton Ultimate Racing está sendo desenvolvida e fabricada em parceria com a Spinelli Racing. Modelo é equipado com o mais alto nível de componentes disponíveis no mundo para a categoria Ultimate, principal da modalidade Rally Raid, que promove competições como o Sertões, o Dakar e todo o circuito mundial

A HPE Automotores, representante oficial da Mitsubishi Motors no Brasil, celebra mais um momento histórico dentro de sua vitoriosa trajetória no esporte a motor: em parceria com a Spinelli Racing, a marca dos três diamantes está desenvolvendo em solo brasileiro a picape Triton Ultimate Racing, um carro de rally raid do mais alto nível, apto a competir na principal categoria das mais importantes provas do circuito mundial de Rally Raid, como o Sertões e o Dakar.

A notícia se soma ao recente anúncio da volta da Mitsubishi Motors à Stock Car, mais importante categoria do automobilismo brasileiro, e reforça o compromisso da marca dos três diamantes como uma grande incentivadora do automobilismo no País.

Desenvolvido e fabricado nas instalações da Spinelli Racing – renomada preparadora e construtora de veículos de competição e organizadora de eventos como a Mitsubishi Cup – a Triton Ultimate Racing é um projeto 100% brasileiro e agrega todo o conhecimento de um dos maiores nomes do rally brasileiro, o piloto Guiga Spinelli, maior campeão do Rally dos Sertões entre os carros com cinco títulos e duas vezes top 10 no Rally Dakar.

O projeto começou logo

após o encerramento da edição 2023 do Rally dos Sertões e envolve cerca de 30 profissionais entre engenheiros, desenhistas, ferramenteiros, mecânicos, eletricitas além de técnicos em eletrônica, motores e carroceria, entre diversos outros colaboradores que se dedicam diariamente ao projeto, na sede da Spinelli Racing na Fazenda Velocittá.

O local conta com toda a estrutura necessária para a fabricação e para os testes de desenvolvimento do novo veículo, que representará a Mitsubishi Motors e o Brasil em competições de rally mundial.

Para Mauro Luis Correia, CEO da HPE Automotores, “as competições de rally são o nosso melhor laboratório para desenvolvimento de sistemas e tecnologias para os veículos Mitsubishi Motors vendidos em todo o país. Esse projeto está nos dando um vasto conhecimento para o desenvolvimento dos nossos modelos para os consumidores em geral, em especial os do agronegócio, que usam tudo aquilo que a linha de picapes Mitsubishi Motors oferece”.

É uma honra fazer parte desse projeto tão ambicioso que, em conjunto com a Spinelli Racing, está produzindo em solo brasileiro um modelo capaz de competir de igual para igual com os melhores do mundo, dentro da principal categoria



A Triton Ultimate Racing é um projeto 100% brasileiro e envolve cerca de 30 profissionais

do Rally Raid mundial”.

A Triton Ultimate Racing traz consigo todo o DNA vitorioso da Mitsubishi Motors nas competições de rally mundo afora. A marca dos três diamantes é a maior vencedora da história do Rally Dakar e do Rally dos Sertões, com doze vitórias em cada uma dessas competições, marca nunca igualada até hoje.

O modelo é equipado com motor V8 de 450 cv de potência, aliado a uma caixa de câmbio sequencial de seis velocidades da marca Sadev, referência dentro do mundo do esporte a motor.

O alto nível de qualidade em cada peça também está presente nos diferenciais, produzidos pela Xtrac, pelos oito amortecedores de altíssimo desempenho produzidos pela Relger e pelos pneus de 37”.

O sistema de injeção eletrônica é todo gerido por uma central Motec integrada aos módulos de distribuição de energia

(PDM), projetados para substituir itens como relés, fusíveis e disjuntores convencionais de um veículo de passeio, o que reduz a quantidade de fios e, por consequência, o peso total do modelo, além de ser um sistema mais resistente e confiável.

A carroceria da Triton Racing Ultimate é construída em fibra de carbono e kevlar e o chassi em cromo molibdênio, proporcionando uma combinação ideal de leveza e resistência.

Para Guiga Spinelli, piloto e responsável pelo desenvolvimento da Triton Ultimate Racing, “é um orgulho imenso fazer parte de um projeto 100% nacional que colocará o Brasil sob os holofotes do circuito mundial de rally raid. Temos um time muito experiente, trabalhando incansavelmente e completamente dedicado com total empenho para conseguirmos estrear um carro com

grande potencial para conquistas expressivas nos mais importantes rallies do mundo”.

“É um desafio enorme para Mitsubishi, a Spinelli e todos os profissionais envolvidos, mas afinal são os grandes desafios que nos entusiasma. Não vejo a hora de rodar os primeiros km com o carro e sentir na prática o fruto de muitos meses de trabalho desde a primeira linha do projeto ao último parafuso apertado da fabricação do carro”, complementa.

Dentro dos padrões do automobilismo de alto nível, o período de um ano para o desenvolvimento de um veículo como esse é considerado curto, especialmente quando o projeto começa do zero. Mesmo com pouco tempo, os responsáveis pelo desenvolvimento e teste do modelo optaram por fazer a estreia da Triton Ultimate Racing já na próxima edição do Rally dos Sertões, que ocorrerá em agosto.

A ideia é usar essa corrida como continuidade do trabalho de desenvolvimento, mesmo que sem grandes expectativas sobre resultados e tentar extrair ao máximo tudo aquilo que a Triton tem a oferecer.

A edição 2024 do Rally dos Sertões, que acontece entre os próximos dias 23 e 31 de agosto e deve percorrer mais de 3.500 quilômetros entre Brasília, Minas Gerais, Goiás e Bahia.

Estado cria 329 mil empregos formais nos primeiros cinco meses do ano

No estado de São Paulo, de janeiro a maio deste ano, foram gerados 329 mil empregos com carteira assinada, um crescimento de 2,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. O número representa 30% do total dos postos formais criados no Brasil (1,1 milhão).

Os números são da pesquisa Emprego Formal, da Fundação Seade, do Governo do Estado de São Paulo, com base no Censo Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Esse crescimento é a consequência dos ajustes que vem sendo realizado na economia do estado. “São Paulo tem batido recordes na abertura de novas empresas e seguindo a tendência, temos o aumento nos empregos no estado. E para tornar

ainda mais efetivas as medidas, temos o SP na Direção Certa reorganizando os benefícios fiscais”, explica o governador Tarcísio de Freitas.

No período, houve variação positiva nos setores de serviços com 183,8 mil novas vagas, indústria com 77,3 mil, construção com 43,7 mil, agropecuária 11,9 mil e comércio com 11,7 mil vagas.

Já no comparativo entre maio de 2024 com o mês anterior, o emprego com carteira assinada aumentou 0,3% no estado de São Paulo. Com este resultado, o estoque de empregos formais alcançou 14,2 milhões.

Os resultados apurados em maio mostram que houve variação positiva nos setores de agricultura (4,3%), serviços (0,3%),

construção (0,3%) e indústria (0,2%). Dos 18.782 postos de trabalho gerados nos serviços em maio, destaca para atividades administrativas e serviços complementares (6,1 mil), saúde humana e serviços sociais (4,3 mil) e transporte, armazenagem e correio (2,6 mil).

No acumulado de 12 meses, o estado de São Paulo registrou 467 mil novos empregos – resultado de 7,6 milhões de admissões e 7,1 milhões de desligamentos – com crescimento de 3,4%.

Nesse mesmo período, todos

os setores de atividade mostraram resultados positivos na geração de empregos: serviços (266 mil), comércio (80 mil), indústria (64 mil), construção (53 mil) e agricultura (4 mil).

Os desempenhos mais expressivos, em 12 meses, ocorreram na capital (158 mil), nos demais municípios da RMSP (90 mil) e nas regiões administrativas de Campinas (69 mil), Sorocaba (30 mil) e São José dos Campos (20 mil), que responderam por 79% dos empregos gerados no Estado de SP.

O Governo de São Paulo lançou em maio um plano que reúne ações voltadas à modernização da máquina pública estadual. São medidas que visam dar maior eficiência ao gasto público, com redução de despesas e aumento da arrecadação, gerando maior capacidade de investimento ao Estado.

O plano é dividido em três eixos: Expansão de investimentos, Melhoria e efetividade do Gasto e a Redução de Despesas Correntes e Modernização da Administração Pública.

Entre os pontos previstos para o enxugamento da máquina pública estadual estão a reestruturação de agências reguladoras, alienação de ativos imobiliários, revisão de benefícios fiscais e redução de despesas de custeio e pessoal.

A reformulação de programas e extinção e reestruturação de órgãos e entidades também estão no escopo do decreto, assim como a renegociação da dívida do Estado com a União e a melhoria dos sistemas de compras públicas.

Exposição mostra computação quântica e inteligência artificial

A vanguarda da ciência e a expressão artística contemporânea se encontram mais uma vez no tradicional Festival Internacional de Linguagem Eletrônica (File), que ocorre a partir da quarta-feira (3) no Centro Cultural Fiesp, na capital paulista.

O evento, que explora a intersecção entre arte e tecnologia e fomenta espaços de exposição e de debates sobre inovações artísticas impulsionadas por tecnologias inovadoras, está completando 25 anos de existência. Nesta edição, trabalha especialmente com a computação quântica e a inteligência artificial sintética.

Com o tema QUBITAI - quantum & synthetic ai, a mostra tem curadoria de Ricardo Barreto e Paula Perissinotto.

“O Qubit é relativo à computação quântica e o AI é relativo à inteligência artificial”, explicou Paula Perissinotto, co-organizadora e co-curadora do festival. “O Qubit é o bit da computação quântica [uma unidade básica de informação usada para codificar dados em computação quântica]. Normalmente, a computação tem como bit [menor unidade de informação em sistemas digitais] o 0 ou 1. Já a computação quântica tem o Qubit, que é mais do que 0 e 1, ele é o 0 ou 1 sobreposto, emaranhado, enfim, é outra computação. Os sintéticos, por sua vez, são as inteligências artificiais, obras que foram construídas por inteligência artificial com comando humano”, disse ela em entrevista à Agência Brasil.

aqui [na exposição] uma camada de tudo. Uma camada digital, que já faz parte do File e que agora está se revelando quase como um passado, até experiências estéticas ainda muito rudimentares no que tange à computação quântica, que são os primórdios da computação quântica. Além disso, há também um computador quântico que estará aqui como objeto e que, na verdade, é uma carcaça enorme de refrigeração que guarda uma coisa pequenininha. E também aqui as pessoas vão encontrar bastante conteúdo produzido, os chamados sintéticos, tanto estéticos quanto clips, filmes, experiências arquitetônicas sintéticas e sonoras”, afirmou Paula.

Os visitantes da mostra poderão não só contemplar diversas dessas experimentações como também interagir com algumas instalações, vídeos e esculturas digitais.

Algumas das obras em exposição são bastante interativas ou imersivas. Entre elas a instalação *Ego*, em que sua imagem é projetada e distorcida na parede como se fosse um desenho primitivo, mas sempre acompanhando os movimentos de seu corpo. Outra obra é *The Forgettable Art Machine*, que captura a imagem do público e inicia um processo de análise dentro de seu banco de dados, encontrando a imagem de alguma obra de arte ou fotografia que se assemelhe àquela que foi produzida por você.

bém criar uma forma estética. Tem também a gaiola, que é uma experiência de realidade virtual muito interessante e que te transporta para dentro dela”, acrescentou a curadora.

Em entrevista à Agência Brasil, o artista espanhol Marc Vilanova explicou sua obra chamada *Cascade*, que é uma reflexão sobre como as mudanças climáticas afetam o ecossistema. “*Cascade* é uma instalação em que trabalho com frequências infrassônicas. As cachoeiras produzem sons que são muito baixos. Os humanos não podem ouvi-los, mas há espécies, como as aves, que ouvem essas ondas infrassônicas da cachoeira e as utilizam para navegar quando fazem migrações de larga distância”.

“O que fiz aqui foi gravar com um gravador especial essas ondas infrassônicas das cachoeiras. Fui ao Niágara, no Canadá, em busca de grandes cachoeiras e quero também ir para Foz do Iguaçu, aqui no Brasil. O que faço é tentar reproduzir essas frequências por caixas de som. E essa vibração é traduzida em fibra óptica, luminescente, que desce, permitindo ver o som cair, ver as vibrações do som caírem pela fibra óptica. Você consegue ver esse som, sentir esse som e tocá-lo. O público está convidado a interagir com a peça, atravessá-la e tocar essas vibrações com a pele”.

interação com a placa de silício. Foi a primeira vez que uma imagem foi capturada por um feixe de luz sem que ele tenha interagido com o objeto fotografado.

“Produzimos ali uma foto, a imagem de um objeto pelo qual a luz captada pela câmera não passou. Geralmente, para se fazer uma foto, você joga uma luz em um objeto e essa luz é refletida e captada pela câmera ou pelo seu olho. Mas, nesse caso, a gente tinha dois feixes de luz, na verdade fótons, emaranhados. Um deles passa pelo objeto a ser fotografado e o outro gera imagem. Então, o que é captado pela câmera nunca passou pelo objeto e a luz que passou pelo objeto não vai até a câmera. É como se fosse uma foto deslocalizada no espaço”, explicou a cientista.

Aqui, essa técnica inovadora foi apresentada como arte, mas ela tem potencial para ser utilizada e aplicada em áreas como a medicina para diagnósticos de imagem. Para Gabriela, é interessante como um trabalho desenvolvido para avanço científico de uma área que, em teoria, não estaria em uma exposição de arte, acabe em uma mostra artística.

“Ela acaba aqui instigando a pergunta do que seria uma nova geração de fotografia e vídeo. O que seria a imagem da pós-revolução tecnológica quântica? Já me perguntaram se ela é analógica ou digital. Mas essa discussão não faz sentido porque é de outra ordem, outra lógica. Estou aqui só mostrando um pouco a ideia, mas o que está por trás tem uma mudança até de paradigma de como a gente pode fazer imagens técnicas e científicas de coisas que nos interessam e que são inacessíveis com as câmeras que temos disponíveis”, afirmou.

Todas essas obras poderão ser vistas gratuitamente no festival até o dia 25 de agosto. Mais informações podem ser obtidas no site do File ou do Centro Cultural Fiesp. (Agência Brasil)

CESAR NETO

www.cesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)
De 20 julho a 5 agosto 2024 rolarão as convenções partidárias, nas quais os vereadores e as vereadoras que disputarão possíveis reeleições terão mais ou menos dinheiro e espaços nas propagandas eleitorais da parte dos donos das legendas

PREFEITURA (São Paulo)
Candidato a prefeito [dizendo que desta vez vai até o fim], Datena (PSDB) se recusa a confirmar se o ex-vereador Mario Covas será ou não seu vice em chapa ‘puro sangue’ que por isso limita muito o tempo na propaganda (rádio e tv) eleitoral

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Deputados e deputadas eleitos por cidades da região metropolitana [Grande São Paulo] podem surpreender com mais ou menos votos do que tiveram [nestas cidades] em 2022. Como se sairão os candidatos(as) que eles já tão apoiando ?

GOVERNO (São Paulo)
Voltando do giro de negócios no exterior, o governador Tarcísio (Republicanos) torce pelo sucesso do Derrite, secretário (Segurança Pública), no evento brasileiro dos políticos conservadores das direitas [6 e 7 julho 2024] em Camboriú (SC)

CONGRESSO (Brasil)
Muito além do filho e deputado federal (SP) Eduardo (PL) no evento [6 e 7 julho 2024] conservador das direitas na América do Sul e Central, em Camboriú (SC), o ex-presidente Bolsonaro (PL) pode dar voz pra esposa Michelle, líder do PL mulher

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Além dos conselhos dos poucos companheiros que Lula (dono do PT) ouve pra valer, o presidente tá cada vez mais ouvindo e ponderando os conselhos da petista de carteirinha ‘Janja’, que virou sua namorada [na prisão] e esposa ativista

PARTIDOS (Brasil)
De um tucano [do Real], sobre os mercados financeiros operando diretamente nas políticas econômicas atropelando o Lulismo: “vai ser muito difícil o vice-presidente Alckmin (no PSB) ser novamente candidato a vice-presidente na chapa do PT 2026”

JUSTIÇAS (Brasil)
Ninguém sabe o que vai acontecer nas próximas eleições municipais 2024, em relação ao que a Justiça Eleitoral [Tribunal Superior Eleitoral] tá fazendo, sobre controles [incontroláveis pelo mundo] de Inteligência Artificial e das fake news nas Big Thees

ANO 32
O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual nesta coluna de política. Na imprensa [Brasil] desde 1993, recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara [São Paulo] e “Colar de Honra ao Mérito da Assembleia [SP] por ser referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]”

cesar@cesarneto.com

A PALAVRA - “Toda a boa dívida e todo o dom perfeito vem do alto, descendo do Pai das luzes, em quem não há mudança nem sombra de variação” **Tiago 1:17**

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

Essas duas tecnologias têm se destacado muito no cenário contemporâneo: enquanto a computação quântica é o início de uma revolução emergente em todo o mundo, a inteligência artificial sintética já é uma revolução de fato, oferecendo aos artistas novo modo de fazer e de entender a arte, abrindo espaço para novas formas, conceitos e expressões artísticas.

“As pessoas vão encontrar

gente possa levar também habitação para os municípios. O que a gente investe agora é transformador e vai se tornar realidade lá na frente”, acrescentou o governador.

A cerimônia no Palácio dos Bandeirantes teve a participação de secretários estaduais, entre eles Guilherme Piai (Agricultura e Abastecimento), Marcelo Branco (Desenvolvimento Urbano e Habitação) e Guilherme Derrite (Segurança Pública), do presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, André do Prado, além de parlamentares, gestores dos municípios contemplados, entre outras autoridades.

O governador de São Paulo Tarcísio de Freitas autorizou na quarta-feira (3) 254 novos convênios que vão beneficiar mais de 200 municípios paulistas. Entre as ações estão a ampliação de programas como o Cozinhamento e Município Agro, além do anúncio de um pacote habitacional que viabiliza a construção de mais de 10 mil moradias no programa Casa Paulista.

“Ampliar o Cozinhamento no estado é um negócio fantástico e transformador. Por um lado, a gente faz a capacitação das pessoas e por outro distribui alimento para quem mais precisa. Será um reforço importante no nosso programa de segurança alimentar”, afirmou Tarcísio.

“A gente também assina um convênio para avançar no agro mais seguro e estamos também oficializando a transferência de viaturas para os municípios. Então, estamos ampliando os convênios com as prefeituras, diminuindo a burocracia, para que a

segurança às populações rurais paulistas.

A ação envolve gestores, associações, moradores e órgãos públicos, e a distribuição de uma cartilha com dicas de segurança para a população do campo. “Tenho certeza absoluta de que, com o georreferenciamento, pronta resposta e filtros tecnológicos a tendência é que cada vez mais o homem do campo e o proprietário rural estejam sempre seguros”, afirma Guilherme Derrite.

Também foi anunciado um pacote habitacional que viabiliza a construção de mais de 10 mil moradias pelo Programa Casa Paulista em 81 municípios. As unidades serão entregues em parceria com as prefeituras e iniciativa privada. O governo de São Paulo autorizou ordens de serviços para o início da construção de 1.714 unidades em 14 cidades e formalizar termos de adesão ao “Programa de Provisão de Moradia” com 66 municípios para promover a edificação de mais 6.037 moradias.

Para viabilizar unidades com a iniciativa privada, foram autorizados convênios com quatro prefeituras para a produção de 2.049 habitações pela modalidade Preço Social e com São José dos Campos para outros 320 apartamentos, com subsídios do Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social (FPHIS). “O Termo de Adesão é o novo modelo

que estamos adotando: mais simples e mais ágil”, afirmou o secretário Marcelo Branco.

Com investimento de R\$ 18 milhões, já foram entregues 236 unidades do Cozinhamento. O Projeto Estadual, da Secretaria de Agricultura de SP em parceria com o Fundo Social de São Paulo (FUSPP), ampliou de R\$ 60 mil para R\$90 mil o recurso para a instalação de cozinhas profissionais, que capacitam agentes multiplicadores das ações de segurança alimentar e nutricional sustentável e de incentivo à geração de renda. Cozinhas industriais completas são destinadas aos municípios paulistas, em parceria visando fortalecer, entre outros, os cursos profissionalizantes. Vale destacar, que apenas nesta gestão foram inauguradas 180 unidades.

Em cinco anos de atividade, o programa estadual Município Agro – Ranking Paulista da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo (SAA) conseguiu, em pouco tempo, trazer resultados positivos em prol da agricultura do estado. O programa premia com recursos extras aqueles com os melhores resultados sustentáveis na produção rural. Somente, na última edição, mais de 290 cidades se inscreveram e o programa liberou R\$ 5 milhões em prêmios aos municípios do Estado.

Governo beneficia mais de 200 cidades com convênios em agro, segurança e moradia

Produção industrial cai 0,9% em maio, diz IBGE

A produção industrial brasileira caiu 0,9% em maio em relação a abril. É o segundo recuo consecutivo, apontando retração de 1,7% no período. Com o resultado, o setor perdeu o ganho acumulado entre fevereiro e março deste ano (1,1%).

No acumulado nos últimos 12 meses, houve crescimento de 1,3%, o que acabou por reduzir a intensidade no ritmo de evolução se comparado ao resultado do mês anterior. Os dados foram anunciados na quarta-feira (3), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os números fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), divulgada na quarta-feira (3) pelo órgão, que mostrou ainda avanço de 2,5% no acumulado dos cinco primeiros meses de 2024, se comparado ao mesmo período do ano anterior.

Influências

Nessa comparação, entre as atividades, as principais influen-

cias positivas na totalidade da indústria foram anotadas por produtos alimentícios (5,2%), coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (3,1%), indústrias extrativas (2,3%) e veículos automotores, reboques e carrocerias (4,8%).

O gerente da pesquisa, André Macedo, disse que, em maio de 2024, a indústria apresentou “predominância de resultados negativos de forma geral”, com recuo na margem e na comparação com maio de 2023.

Houve, ainda, interrupção da trajetória ascendente no índice de média móvel trimestral e perda de intensidade no ritmo de expansão no acumulado do ano e dos 12 meses anteriores.

Nesse mês, a indústria intensificou a queda que já tinha sido registrada no mês anterior, e entre os fatores que explicam esse resultado, estão as chuvas no Rio Grande do Sul, que tiveram um impacto local maior, mas também influenciaram o resultado negativo na indús-

tria do país, informou o texto publicado pelo IBGE.

Conforme a pesquisa, 16 das 25 atividades investigadas tiveram recuo em maio de 2024. Veículos automotores, reboques e carrocerias (-11,7%) e produtos alimentícios (-4,0%) foram as duas maiores influências negativas para o resultado geral da indústria em maio.

O gerente afirmou, também, que esses dois setores foram prejudicados pelas enchentes do Rio Grande do Sul. No setor de veículos automotores, a paralisação das plantas industriais locais provocou impactos diretos e indiretos. Por causa do mau tempo, tanto as montadoras de veículos, quanto as fábricas de autopeças pararam com as produções e isso afetou também o abastecimento para a produção de bens finais no restante do país.

“Houve, por exemplo, a concessão de férias coletivas em uma planta industrial em São Paulo como forma de mitigar os efeitos das paralisações ocorridas em

unidades produtoras de peças no Rio Grande do Sul”, completou.

Greve

Macedo acrescentou que a paralisação decorrente de greve em outra montadora e a base de comparação elevada também contribuíram para a queda de dois dígitos na atividade. Em abril, o setor de veículos registrou crescimento de 13,8%.

A atividade de produtos alimentícios, que responde por cerca de 15% da produção industrial do país, teve em maio o segundo mês seguido de queda. A perda acumulada no período é de 4,7%.

“A retração no processamento da cana-de-açúcar, por conta da condição climática menos favorável na segunda quinzena de maio, provocou uma queda pontual na produção do açúcar. Já entre os impactos negativos que podem ter a ver com as chuvas no Rio Grande do Sul estão as carnes de aves, de bovinos e de suínos e os derivados da soja,

que são produtos que têm grande peso no setor”, explicou.

Outros setores que recuaram e influenciaram o resultado negativo do mês foram os de produtos químicos (-2,5%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-6,3%), produtos do fumo (-28,2%), metalurgia (-2,8%), máquinas e equipamentos (-3,5%), impressão e reprodução de gravações (-15,0%) e produtos diversos (-8,5%).

Os principais impactos positivos no resultado geral da indústria foram as indústrias extrativas (2,6%) e de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (1,9%). De acordo com Macedo, esses segmentos têm grande peso e evitaram uma queda maior no resultado da indústria.

“O crescimento do setor extrativo veio após uma queda no mês anterior, ou seja, tem o efeito de uma base de comparação mais negativa. Também houve aumento na extração dos dois principais produtos, o petróleo e o minério

de ferro”, afirmou.

As atividades de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (3,7%), produtos têxteis (2,9%), produtos farmacêuticos e farmacêuticos (1,5%), produtos de borracha e de material plástico (0,5%), outros equipamentos de transporte (0,2%), móveis (0,2%) e celulose, papel e produtos de papel (0,1%) também tiveram desempenho favorável.

“Ainda na comparação com abril, as quatro grandes categorias econômicas recuaram: bens de consumo duráveis (-5,7%), bens de capital (-2,7%), bens intermediários (-0,8%) e bens de consumo semi e não duráveis (-0,1%)”, pontuou o IBGE.

O recuo de 1,0% na comparação de maio de 2024 com maio do ano anterior teve influência dos resultados negativos de duas das quatro grandes categorias econômicas, 14 dos 25 ramos, 43 dos 80 grupos e 50,4% dos 789 produtos pesquisados, finalizou o IBGE. (Agência Brasil)

Desenrola Pequenos Negócios renegocia 60,8 mil contratos em um mês

O programa Desenrola Pequenos Negócios registrou, até 30 de junho, volume financeiro renegociado de mais de R\$ 2,1 bilhões. Ao todo, 60.864 clientes conseguiram renegociar contratos. “Metade do valor foi em 30 dias. A procura foi muito grande”, avaliou o ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, Márcio França.

“Temos, nesse caso, um grande aliado que é o contador. Normalmente, quem tem empresa, tem um contador. Ele fala pra pessoa: ‘Olha, aproveita aí que tem negócio e tal’. Diferentemente da pessoa física, que ficamos meses tentando e a gen-

te não conseguiu falar com todos”, detalhou França.

Em entrevista a emissoras de rádio durante o programa *Bom Dia, Ministro*, produzido pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), o titular da pasta destacou como “grande surpresa” o índice de empresas que realizaram pagamento à vista – mais de 90%. “Quando o desconto é muito alto, a pessoa fala: ‘Vou é me livrar dessa gente. Não quero mais nem ouvir falar em dívida’.”

“Só quem está no comércio, nos negócios, sabe o quanto que te pesa todo dia deitar sabendo que tem lá um negócio pendurado, com o seu CNPJ, e você não sabe quando vai chegar um ofi-

cial de Justiça no seu imóvel ou no seu prédio. A sensação de estar devendo é uma sensação ruim. Geralmente, os menores não têm grandes escritórios de advocacia, grande influência pra poder mexer nesse negócio. Dependem muito de alguém dar uma mão. Essa era a mão que ele estava precisando”, exemplificou o ministro.

Com a proposta de auxiliar pequenos negócios a superarem dificuldades financeiras, o programa conta com a participação de sete bancos, que representam 73% do total da carteira de crédito de micro e pequenas empresas nacionais: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Brades-

co, Itaú, Santander, Sicredi e Mercantil do Brasil.

“O banco não está fazendo nenhum favor pra você. Quando ele desenrola a sua dívida, cobra da gente depois em imposto de renda dele. Ele antecipa um valor que, mais na frente, vai ser imposto pra eles. Isso está dando de 70% pra cima de desconto. Em muitos casos, acima de 95% de desconto”, destacou França.

“Esse programa veio para reforçar esse entendimento do presidente: esse mandato será dedicado aos empreendedores. Parte da sequência disso vai ser a criação de um crédito. Primeiro desenrola, depois, dá o

crédito”, concluiu.

Como participar

Para aderir ao Desenrola Pequenos Negócios, o microempreendedor ou pequeno empresário deve entrar em contato com a instituição financeira onde tem a dívida. As renegociações podem ser realizadas por intermédio de canais de atendimento oficiais, como agências, internet ou aplicativos móveis. Cada banco participante define suas próprias condições e prazos para a renegociação.

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) alerta que somente bancos cadastrados no programa podem oferecer as con-

dições especiais de renegociação. Em caso de dúvidas ou suspeitas sobre ofertas de renegociação, os empresários são aconselhados a contatar seus bancos pelos canais oficiais e a não aceitar propostas fora dessas plataformas.

As oportunidades para renegociação de dívidas bancárias são válidas para microempreendedores individuais (MEI), micro e pequenas empresas com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões. Já as dívidas elegíveis são aquelas não pagas até 23 de janeiro de 2024, sob a proposta de permitir que os empresários obtenham recursos necessários para manter suas atividades. (Agência Brasil)

Paraná fecha junho como segundo estado mais rápido na abertura de empresas

O Paraná está no alto do ranking nacional que mede o tempo médio para abertura de empresas no Brasil. De acordo com boletim da Junta Comercial do Paraná (Jucepar), divulgado na quarta-feira (3), em junho o empresário gastou, em média, 8 horas e 37 minutos no Estado para registrar o negócio no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). A marca é a segunda melhor do País, atrás apenas da registrada por Sergipe, (6 horas e 21 minutos), estado cuja movimentação é 13 vezes menor do que a realizada pelo Paraná no mesmo período.

A Jucepar movimentou 5.969 processos em junho – terceira maior movimentação entre as juntas comerciais brasileiras. São Paulo e Minas Gerais são os que possuem movimentações mais elevadas: 26.319 e 7.485 processos, respectivamente. Os tempos médios para abertura de empresas em São Paulo e Minas Gerais são significativamente maiores do que a celeridade paranaense. Em São Paulo, o tempo médio foi de 26 horas e 50 minutos em junho e em Minas Gerais essa marca foi de 36 horas e 8 minutos.

O tempo total de abertura de

empresas e demais pessoas jurídicas leva em consideração o tempo na etapa de viabilidade, na validação cadastral que os órgãos efetuam e na efetivação do registro, com a obtenção do CNPJ. Nesse cálculo não são considerados os tempos de inscrições municipais ou estaduais e nem a obtenção de licenças para o funcionamento do negócio.

“Quando o atual governo estadual assumiu a Junta, em 2019, éramos a última no ranking nacional. E desde então o Paraná aparece entre os primeiros lugares”, lembra o presidente da

Jucepar, Marcos Rigoni. “Atribuímos esse avanço à tecnologia que implantamos na Jucepar, transformando-a em 100% digital, e ao trabalho prestado por nossos colaboradores”.

Junho foi o terceiro mês consecutivo que a Jucepar alcançou o segundo lugar no ranking nacional. Em maio o órgão fechou o tempo médio de 8 horas e 29 minutos e em abril a marca havia sido de 8 horas e 4 minutos, o menor tempo do ano até agora.

A Jucepar é pioneira na implementação de um sistema informatizado, um ponto essencial para a celeridade no registro

de novas empresas. A entidade conseguiu desburocratizar o registro e baixa de empresas ao tornar o processo 100% digital ao empresário com duas iniciativas. Uma delas é o Empresa Fácil, sistema online para abertura, alteração cadastral e encerramento de inscrição de empresas junto ao Cadastro Municipal, integrado à Rede SiM, que é de âmbito federal, estadual e municipal.

A outra ação é o Descomplica Paraná, programa do Governo do Estado que se constitui em um conjunto de medidas de desburocratização para abertu-

ra de empresas e emissão de licenças e alvarás. Dentro do programa, uma das principais iniciativas é o Decreto nº 3.434 de 2023 – conhecido como Decreto do Baixo Risco, que dispensa 771 atividades de licenciamentos nos órgãos públicos, já que elas são, justamente, consideradas de baixo risco.

O decreto passou a vigorar em 31 de janeiro de 2024 e, até junho, já havia beneficiado mais de 8,8 mil empresas, sendo que cerca de 5,8 mil fizeram a adesão no momento de registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica. (AENPR)

Diferença de preços entre remédios genéricos chega a 685% em SP

Pesquisa anual feita pelo Procon-SP indica que medicamentos apresentam diferenças de preços de até 685% entre os genéricos e de 134% entre os medicamentos de referência. Foram pesquisados 48 produtos das duas categorias com a mesma apresentação.

O medicamento de referência é um produto desenvolvido pelo fabricante que o registrou primeiro e, portanto, possui a marca registrada. Os medicamentos genéricos e similares são aqueles desenvolvidos com fórmulas oriundas dos medicamentos de referência que

caíram em domínio público.

O levantamento de preços foi feito pelo Procon paulista em sites de seis grandes drogarias. De forma presencial, a pesquisa ocorreu em lojas dos municípios de Araçatuba, Santos, São Vicente, Bauri, Campinas, Jaú, Jundiá, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São José dos Campos e Sorocaba. Os dados foram coletados entre os dias 27, 28 e 29 de maio.

“A iniciativa do Procon-SP tem como objetivo oferecer ao público referências de preços, além de reforçar a necessidade da pesquisa de preços antes da

compra do medicamento”, informou o órgão.

Diferença

A maior diferença de preços foi apurada presencialmente entre medicamentos genéricos de farmácias em Presidente Prudente. O medicamento Nimesulida, de 100 mg e com 12 comprimidos, por exemplo, custava R\$ 23,49. Em outro estabelecimento, o valor era R\$ 2,99, o que significa uma diferença de 685,62%.

Entre os produtos de referência, a maior diferença de preço foi encontrada na Baixada Santista: o medicamento Amoxil

(Amoxicilina), da Glaxosmithkline, de 500 mg e 21 cápsulas, custava R\$ 67,08 em uma farmácia e R\$ 29,95, em outra, R\$ 29,95, o que corresponde a uma diferença de 123,97%.

Na capital paulista, nos preços praticados por sites de seis grandes redes - Drogaria São Paulo, Drogasil, Extrafarm, Droga Raia, Pague Menos e Ultrafarma - a maior diferença encontrada foi de 229,54% entre os medicamentos genéricos. O medicamento Dipirona Sódica, de 500 mg/ml gotas de 10 ml, em um site, custava R\$ 7,81 e, em outro, R\$ 2,37.

Entre os medicamentos de re-

ferência, a maior diferença de preços chegou a 134,77%. O medicamento Dexason da Teuto, de 1 mg/g, era vendido em um site por R\$ 9,79 e, em outro, por R\$ 4,17.

Economia

Levantamento feito nos sites constata que, em média, os medicamentos genéricos estavam 66,83% mais baratos do que os de referência, o que pode representar economia no bolso do consumidor.

De acordo com o Procon-SP, as farmácias e drogarias não podem praticar preços acima do permitido pela Câmara de Regu-

lação do Mercado de Medicamentos, que é o órgão responsável pela regulação econômica do mercado de medicamentos no Brasil.

A lista de preços máximos está disponível para consulta no site da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e é atualizada mensalmente.

“As variações de preço encontradas no mercado podem ocorrer em razão dos descontos concedidos pelos estabelecimentos, de acordo com critérios livremente estabelecidos pelo fornecedor”, segundo o Procon-SP. (Agência Brasil)



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023



UNIGEL PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ/MF Nº 05.303.439/0001-07

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 4T23 & 2023

São Paulo, 02 de julho de 2024 - A Unigel Participações S.A. ("Companhia") anuncia hoje os resultados do exercício de 2023. As demonstrações financeiras a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas em reais, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS - International Financial Reporting Standards) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, as informações operacionais e financeiras incluídas nesta divulgação de resultados estão sujeitas a arredondamentos e, como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas e gráficos podem diferir da agregação numérica direta dos valores que as precedem. Além disso, os valores destacados em dólares foram convertidos utilizando as taxas médias de cada mês para as demonstrações de resultados e de fluxo de caixa e utilizando a taxa de fim do exercício para as informações do balanço patrimonial. As comparações realizadas neste relatório levam em consideração o quarto trimestre de 2023 ("4T23"), o quarto trimestre de 2022 ("4T22") e o terceiro trimestre de 2023 ("3T23"), bem como o acumulado de doze meses de 2023 ("2023") e de 2022 ("2022").

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

Contexto Operacional

O ano de 2023 foi marcado por uma severa crise no setor petrolífero global, causada pelo desbalançamento da relação entre oferta e demanda. Do lado da oferta, a China, maior produtor e consumidor de produtos químicos do mundo, vem aumentando seus investimentos em novas capacidades nos segmentos petrolífero e de fertilizantes desde 2016, com previsão de recorde de produção de capacidade em 2023.

Por outro lado, a demanda global foi impactada por políticas monetárias contracionistas adotadas por diversos países, especialmente, os do ocidente, na tentativa de frear o movimento inflacionário intensificado pelo conflito militar entre Rússia e Ucrânia. Adicionalmente, na Ásia, a retomada econômica esperada para a China no período pós-pandemia não se concretizou, resultando em um persistente desbalançamento da oferta e demanda para produtos químicos em todo o mundo.

Plano de Recuperação Extrajudicial

Conforme comunicado ao mercado, em 20 de maio a Unigel alcançou acordo com os credores necessários para aprovação dos dois planos de recuperação extrajudicial apresentados em 20 de fevereiro de 2024 (os "Planos RE"), perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo ("Juízo RE"). Os Planos de RE foram assinados pela maioria dos titulares dos créditos detidos contra cada uma das entidades da Companhia a serem reestruturadas no âmbito dos Planos RE ("Créditos Abrangidos"), comprovando concordância desses credores com os termos apresentados, conforme exigido pela legislação brasileira. Este é mais um importante passo no processo de reestruturação, e reforça o compromisso da Unigel e de seus principais credores com a melhoria da estrutura de capital da Companhia, com aumento da liquidez e redução de sua alavancagem. Nos termos dos Planos RE, aproximadamente R\$4,14 bilhões serão reestruturados em novos instrumentos de dívida e novos títulos participativos conversíveis (em conjunto "Títulos Reestruturados"), os quais serão entregues aos titulares dos Créditos Abrangidos em troca do cancelamento de seus créditos existentes. Os valores finais dos Títulos Reestruturados emitidos no âmbito dos Planos RE dependerão da participação dos credores abrangidos na emissão das Notas de Novos Recursos (conforme definido abaixo). Os Planos RE preveem ainda que a Unigel emitirá US\$ 120 milhões em novas notas com vencimento em dezembro de 2027 ("Notas de Novos Recursos"). De acordo com os termos dos Planos RE, todos os titulares de Créditos Abrangidos terão direito a participar na emissão das Notas de Novos Recursos e os credores que efetivamente participarem receberão, em adição às notas e de forma agregada, participação acionária de 50% na Companhia. A consumação dos Planos RE está sujeita ao cumprimento das condições de eficácia neles previstas, entre elas, a confirmação dos Planos RE pelo Juízo RE e o reconhecimento dos mesmos pelo Tribunal de Insolvências de Nova York. Os Planos RE estão disponíveis na íntegra no site da Unigel em <https://ri.unigel.com.br/plano-de-reestruturacao/>.

RESULTADO CONSOLIDADO

Resultado consolidado	Trimestre			Acumulado				
	R\$ milhões	Δ (%) t/t	3T23	4T23	4T22	Δ (%) a/a	2023	2022
Receita bruta	6%	1.118	1.185	2.481	-52%	5.810	10.828	-46%
Receita líquida	7%	972	1.039	2.223	-53%	5.152	9.740	-47%
Custo do produto vendido	10%	(1.142)	(1.256)	(2.008)	-37%	(5.693)	(7.999)	-29%
Lucro bruto	28%	(170)	(217)	215	-201%	(541)	1.741	-131%
Margem Bruta	-3,4p.p.	-17,5%	-20,9%	9,7%	-30,6p.p.	-10,5%	17,9%	-28,4p.p.
Despesas com vendas, gerais e adm. (SG&A)	-6%	(77)	(72)	(61)	18%	(276)	(243)	14%
Outras receitas (despesas) operacionais	40100%	(2)	(804)	(13)	6085%	(808)	(6)	13367%
Lucro operacional	339%	(249)	(1.093)	141	-875%	(1.625)	1.492	-209%
Resultado financeiro	-19%	(259)	(210)	(337)	-38%	(1.016)	(1.124)	-10%
Imposto de renda e contribuição social	244%	(16)	23	94	-76%	306	21	1357%
Resultado líquido	144%	(524)	(1.280)	(102)	1155%	(2.335)	390	-699%

Receita líquida

A receita líquida de 2023 totalizou R\$ 5,15 bilhões, uma queda de 47% em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente em função da redução de 60% na receita líquida do segmento Agro, explicada pela redução do volume de vendas em função das paralisações de plantas ao longo do segundo e terceiro trimestres, motivadas pela queda dos preços internacionais da ureia e amônia, sem contrapartida no preço do gás natural, que se manteve em patamar elevado. No segmento Químicos, a redução da receita foi de 35%, explicada principalmente pela queda dos spreads internacionais nos mercados de acrilonitrila e metacrilatos, que inviabilizaram as exportações e motivaram a paralização das plantas durante maior parte do ano.

Custo do produto vendido (CPV) e margem bruta

O CPV da Unigel totalizou R\$ 5,69 bilhões em 2023, queda de 29% na comparação com 2022, também explicada pela redução dos volumes, principalmente no segmento Agro. Com isso, o lucro bruto consolidado de 2023 totalizou uma perda de R\$ 541 milhões, resultado da redução da margem de contribuição que não cobriu a totalidade dos custos fixos.

Despesas com vendas, gerais e administrativas ("SG&A")

As despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A) totalizaram R\$ 276 milhões em 2023, um aumento de 14% na comparação com o ano anterior, impactado principalmente por despesas relacionadas a contingências fiscais.

EBITDA ajustado

Cálculo do EBITDA	Trimestre			Acumulado				
	R\$ milhões	Δ (%) t/t	3T23	4T23	4T22	Δ (%) a/a	2023	2022
Resultado líquido	144%	(524)	(1.280)	(102)	1167%	(2.334)	389	-700%
Imposto de renda e contribuição social	-244%	16	(23)	(94)	-76%	(306)	(21)	1357%
Resultado financeiro	-19%	259	210	337	-38%	1.016	1.124	-10%
Depreciação e amortização	-1%	76	75	71	6%	293	276	6%
EBITDA	488%	(173)	(1.018)	213	-578%	(1.331)	1.767	-175%
Margem EBITDA	-80,2p.p.	-17,8%	-98,0%	9,6%	-107,6p.p.	-25,8%	18,1%	-44,0p.p.
Resultado na venda de ativos e Impairment	39400%	2	790	13	5977%	792	8	9800%
Reestruturação/ Indenizações	-191%	22	(20)	-	-100%	15	-	100%
Parada de planta e despesas não operacionais	0%	-	-	1	-100%	(0)	78	-100%
Baixa de custos de transação	0%	-	-	-	0%	-	18	-100%
Débito de Imposto de Renda	100%	-	33	-	100%	33	-	100%
EBITDA Ajustado	44%	(149)	(215)	227	-195%	(492)	1.871	-126%
Margem EBITDA Ajustado	-5,4p.p.	-15,3%	-20,7%	10,2%	-30,9p.p.	-9,5%	19,2%	-28,8p.p.

O EBITDA Ajustado de 2023 totalizou um resultado negativo de R\$ 492 milhões, principalmente em função da performance do segmento Agro, com resultado negativo em R\$ 431 milhões no mesmo período, impactado pela queda abrupta nos preços internacionais da ureia e amônia, combinada com manutenção de preços muito elevados para o gás natural no Brasil. Soma-se a esse cenário, iniciativas de capital de giro, relacionadas a realização de estoques, que impactaram negativamente o resultado, mas foram importantes para uma geração de caixa operacional positiva no segundo semestre do ano.

Resultado Financeiro

Resultado consolidado	Trimestre			Acumulado				
	R\$ milhões	Δ (%) t/t	3T23	4T23	4T22	Δ (%) a/a	2023	2022
Receitas financeiras	-89%	18	2	16	-88%	40	67	-40%
Aplicações financeiras	0%	4	4	15	-73%	26	63	-59%
Juros Ativos	-123%	13	(3)	1	-400%	12	4	200%
Descontos Obtidos	0%	1	1	-	100%	3	0	100%
Despesas financeiras	60%	(151)	(241)	(131)	84%	(628)	(497)	26%
Despesas de juros sobre financiamentos	12%	(109)	(122)	(92)	33%	(427)	(377)	13%
Juros sobre passivos de arrendamento	-9%	(11)	(10)	(11)	-9%	(38)	(42)	-10%
Impostos e despesas bancárias	145%	(11)	(27)	(16)	69%	(51)	(30)	70%
Juros passivos	371%	(17)	(80)	(5)	1500%	(106)	(29)	266%
Outras despesas	-33%	(3)	(2)	(7)	-71%	(7)	(19)	-63%
Resultado financeiro antes da variação cambial e derivativos	80%	(133)	(239)	(115)	108%	(588)	(430)	37%
Variação cambial e derivativos	123%	(126)	29	(221)	113%	(427)	(693)	-38%
Resultado Financeiro Líquido	-19%	(259)	(210)	(336)	-38%	(1.015)	(1.124)	-10%

O resultado financeiro antes da variação cambial e derivativos totalizou uma despesa de R\$ 588 milhões em 2023, um crescimento de 37% em comparação com mesmo período do ano anterior explicado principalmente por um aumento nas despesas de juros sobre financiamentos, em função das captações realizadas ao longo de 2023 além de provisão de despesas com juros e encargos de linhas de crédito vendidas.

FLUXO DE CAIXA

Fluxo de Caixa Operacional - Gerencial	Trimestre			Acumulado				
	R\$ milhões	Δ (%) t/t	3T23	4T23	4T22	Δ (%) a/a	2023	2022
EBITDA Ajustado	44%	(149)	(215)	227	-195%	(492)	1.871	-126%
Itens Não-Recorrentes e/ou Não-caixa	148%	(33)	16	24	-33%	(7)	(52)	-87%
EBITDA "Caixa"	9%	(182)	(199)	251	-179%	(499)	1.819	-127%
Variação de capital de giro (1)	-15%	241	205	233	-12%	288	(103)	380%
Resultado financeiro (caixa) (2)	1488%	(8)	111	(8)	1488%	52	(507)	110%
Geração de caixa operacional	129%	51	117	476	-75%	(159)	1.209	-113%
Juros pagos por empréstimos	-16%	(38)	(32)	(191)	-83%	(294)	(380)	-23%
Imposto de renda pago	0%	-	-	(7)	-100%	(0)	(54)	-100%
Fluxo de caixa das atividades operacionais	554%	13	85	278	-69%	(453)	775	-158%

(1) Variação de capital de giro inclui resultado do imposto de renda e contribuição social do período
(2) Resultado financeiro ajustado por efeitos não caixa

Demonstrativo de Fluxo de Caixa

Resultado consolidado	Trimestre			Acumulado				
	R\$ milhões	Δ (%) t/t	3T23	4T23	4T22	Δ (%) a/a	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais	500%	14	84	278	-70%	(452)	775	-158%
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	-49%	(90)	(46)	(362)	-87%	(487)	(771)	-37%
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	85%	(55)	(102)	(245)	-58%	267	67	299%
Fluxo de caixa operacional de operações mantidas para venda	-100%	-	(61)	-	-100%	(61)	-	-100%
Ajuste de conversão (CTA) (1)	-167%	3	(2)	(7)	-71%	(10)	(10)	0%
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	0%	(128)	(128)	(336)	-62%	(743)	60	-1338%
Saldo de caixa no início do período	-31%	421	292	1.245	-77%	909	849	7%
Saldo de caixa no encerramento do período	-43%	292	166	909	-82%	166	909	-82%

(1) Efeito gerado pela conversão cambial das informações financeiras das subsidiárias do México e de Luxemburgo.

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais, que inclui pagamento de juros e imposto de renda, totalizou um consumo de R\$ 453 milhões no ano de 2023, explicado principalmente pelo resultado operacional no período, refletido no EBITDA ajustado negativo de R\$ 492 milhões. Em contrapartida, as medidas de capital de giro foram eficientes para preservar liquidez da Companhia, totalizando uma receita de R\$ 288 milhões no mesmo período.

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

O fluxo de caixa das atividades de investimentos totalizou um desembolso de R\$ 487 milhões, principalmente explicados pelos investimentos realizados na planta de Ácido Sulfúrico no início do ano. Na comparação trimestral, fluxo de caixa de investimentos totalizou R\$ 46 milhões, redução de 50% na comparação com o trimestre anterior, refletindo a decisão de paralização dos investimentos em projetos estratégicos visando preservação de caixa.

Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou uma entrada de R\$ 267 milhões em 2023, explicado principalmente por captações realizadas ao longo do ano, relacionadas a capital de giro e linha com BNB para financiamento do projeto de ácido sulfúrico.

ENDIVIDAMENTO E ALAVANCAGEM

Divida líquida e Alavancagem	Em milhões de Reais		Em milhões de Dólares				
	R\$ milhões	dez-23	dez-22	Δ (%) a/a	dez-23	dez-22	Δ (%) a/a
Circulante	4.491	274	15399	928	53	16514	-
Não Circulante	-	3.266	-100%	-	626	-100%	-
Divida Bruta	4.491	3.540	27%	928	679	37%	
(-) Swap Accrual	-	8	(205)	104%	2	(39)	105%
(-) Caixa e Equivalentes	(166)	(909)	-82%	(34)	(174)	-80%	
Divida Líquida	4.333	2.426	79%	896	466	92%	
(+) EBITDA Ajustado (LTM)	(491)	1.870	-126%	(101)	365	-128%	
(=) Alavancagem financeira	n.m.	1,30x	n.m.	n.m.	1,27x	n.m.	n.m.

A dívida líquida da Companhia totalizou R\$ 4,33 bilhões em 31 de dezembro de 2023, crescimento de 79% na comparação com o saldo apresentado em 31 de dezembro de 2022, explicado, principalmente por (i) captações, relacionadas a capital de giro e linha de crédito do BNB para financiamento do projeto de ácido sulfúrico; (ii) desmonte das operações de swap cambial e; (iii) provisionamento de juros não pagos ao longo do ano.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	-	-	5.151.742	9.740.800
Custo dos produtos vendidos	-	-	(5.693.540)	(7.999.251)
Lucro (prejuízo) bruto	-	-	(541.798)	1.741.549
Despesas de vendas	-	-	(58.998)	(63.045)
Despesas administrativas	(20.320)	(15.565)	(217.143)	(183.884)
Reversão de perdas de créditos estimada	-	-	433	3.553
Perdas com impairment de ativo imobilizado	-	-	(715.764)	-
Outras (despesas) receitas operacionais	7.126	(18.452)	(91.365)	(7.214)
Receitas (despesas) operacionais	(13.194)	(34.017)	(1.082.837)	(250.590)
Equivalência patrimonial	(2.219.943)	478.755	-	-
Lucro (prejuízo) antes dos resultados financeiros e impostos	(2.233.137)	444.738	(1.624.635)	1.490.959
Receitas financeiras	-	3.517	40.225	67.660
Despesas financeiras	(101.797)	(59.495)	(1.008.744)	(1.152.624)
Variações cambiais líquidas	73	(43)	(47.129)	(38.580)
Resultado financeiro líquido	(101.295)	(56.021)	(1.015.648)	(1.123.544)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.334.432)	388.717	(2.640.283)	367.415
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(40.448)	(24.279)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	346.299	45.581
Imposto de renda e contribuição social	-	-	305.851	21.302
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(2.334.432)	388.717	(2.334.432)	388.717
Lucro (prejuízo) por ação básica e diluído - R\$ ao longo do exercício	(2,53477)	0,46468	(2,53477)	0,46468

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(2.334.432)	388.717	(2.334.432)	388.717
Itens que podem ser posteriormente reclassificados para o resultado	-	-	-	-
Operações no exterior - ajustes de conversão	(54.032)	(67.415)	(54.032)	(67.415)
Ganhos não realizados de hedge de fluxo de caixa	227.582	26.239	227.582	26.239
Ganhos (perdas) atuariais dos planos de benefício definido	-	4.031	(585)	(585)
Resultados abrangentes totais	(2.156.851)	346.956	(2.156.851)	346.956

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas	-	-	43	5.809.193
Vendas de mercadoria e produtos	-	-	5.788.112	10.767.284
Outras receitas	-	-	43	20.648
Perda de créditos estimada	-	-	433	3.553
Insumos adquiridos de terceiros	(5.059)	(26.588)	(6.535.679)	(8.438.356)
Custos das mercadorias	-	-	(4.882.338)	(7.383.686)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	-	(710.743)	(1.000.663)
Recuperação (perda) de valores ativos	-	-	(791.508)	(15.119)
Outros	(5.059)	(26.588)	(151.090)	(38.888)
Valor adicionado (consumido) bruto	(5.059)	(26.545)	(726.486)	2.359.575
Depreciação e amortização	(5.378)	(5.382)	(210.057)	(194.549)
Depreciação e amortização de direito de uso	(2.757)	(2.090)	(83.395)	(81.283)
Valor adicionado líquido produzido (consumido) pela companhia	(13.194)	(34.017)	(1.019.938)	2.083.833
Valor adicionado recebido em transferência	(2.219.943)	482.272	40.225	67.660
Resultado de equivalência patrimonial	(2.			

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS 2023

UNIGEL PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

I. Contexto operacional

A Unigel Participações S.A., constituída em 24 de setembro de 2005, (a seguir denominada "Unigel" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com notatário na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") tipo A, com sede na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 11º andar, bairro Brooklin, na cidade e estado de São Paulo. Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, contemplam a Companhia e suas controladas (a seguir denominadas como "Grupo"), que são sociedades anônimas de capital fechado. A Companhia é controlada pela Cigel Participações S.A. que detém 99,99% das ações. A Companhia atua como empresa "holding" sendo controladora de sociedades que se dedicam a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos químicos, na cadeia de acrílicos e estrênicos, e de fertilizantes na cadeia de agrotóxicos ("Agro"). Também assessora suas controladas na gestão das áreas de controladoria, finanças, jurídica, planejamento, gestão de pessoas e tecnologia da informação. É integrante do Grupo Unigel o qual foi constituído em 1964. Conforme informado em fato relevante publicado no dia 30 de março de 2024, a Companhia adiu a publicação dessas demonstrações financeiras em razão do processo de aprimoramento de estrutura de capital através de um plano de recuperação extrajudicial. Tal processo aumentou consideravelmente a complexidade, as análises e as revisões necessárias para a conclusão da presente demonstração. **Continuidade Operacional:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base na premissa de continuidade operacional apesar da posição financeira e o desempenho operacional da Companhia em 31 de dezembro de 2023 que levantaram dúvidas relevantes sobre sua capacidade de continuar operando. (i) **Fatores que contribuem para a incerteza da continuidade operacional:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava um Patrimônio Líquido negativo no montante de R\$ 1.245.748, um prejuízo líquido de R\$ 2.334.432, geração de caixa operacional negativo de R\$452.077, e um capital circulante líquido negativo de R\$ 4.208.587. Adicionalmente, os custos financeiros associados à dívida da Companhia foram influenciados pela alta taxa de juros básica da economia brasileira ("SELIC") nos últimos anos, impactando negativamente os resultados financeiros da Companhia. Além das taxas de juros, os principais fatores que contribuíram para a piora da situação financeira da Companhia foram: • **Desafios no setor e impactos no desempenho operacional:** Os setores químico e agrotóxico, nos quais o Grupo Unigel atua, têm enfrentado condições econômicas desafiadoras, incluindo alta ou manutenção de preços de matérias-primas no mercado local e internacional e, em paralelo a redução dos preços de venda de nossos produtos no mercado internacional, base também, para os preços praticados no mercado interno. Neste contexto, concentramos nossos esforços em adaptar nossa operação para preservar a liquidez. A principal medida adotada foi a paralisação de plantas para reduzir os níveis de estoques. Em dezembro de 2023, a produção de ambas as plantas de Agro e planta de acrilonitrila em Camaçari foram paralisadas, assim como, a planta de metacrilatos em Candeias, passou a operar de forma intermitente visando atender as demandas pontuais do mercado interno. Como resultado, a Companhia apurou prejuízo bruto no montante de R\$ 541.798 e geração de caixa operacional negativo de R\$452.077. • **Eventos de inadimplência:** A Companhia enfrentou eventos de inadimplência relacionados às suas obrigações de atendimento a índices financeiros e a conversão de determinados instrumentos financeiros em dívida devido ao não pagamento nos vencimentos, tanto para o Bond quanto para as debêntures, culminando na solicitação de antecipação de pagamento por parte dos debenturistas. • **Descumprimento de covenants:** A Companhia não conseguiu manter seus indicadores de covenants desde 30 de junho de 2023, resultando na reclassificação da dívida de não circulante para circulante, devido a eventos de inadimplência e *cross-default*. • **Restrições de crédito:** As linhas de crédito disponíveis da Companhia com instituições financeiras foram restringidas em 2023, devido à deterioração da sua saúde financeira e rebaixamento de *rating*. (ii) **Plano de ação implementado pela Companhia:** Diante deste cenário, e em resposta a essas dificuldades financeiras, a Administração da Companhia contratou assessores financeiros e jurídicos e vem desenhando e implementando uma série de ações com o objetivo de reduzir o prejuízo operacional, reequilibrar a sua estrutura de capital e geração caixa, e na formulação de uma solução de longo prazo financeiramente viável, sendo as principais ações implementadas pela Companhia, as elencadas a seguir: • **Ajustes operacionais:** Adaptamos nossa operação para preservar a liquidez. A principal medida adotada foi a paralisação de plantas para reduzir os níveis de estoques e hibernação estratégica de plantas com margens negativas. Em dezembro de 2023, a produção de ambas as plantas de Agro e planta de acrilonitrila em Camaçari foram paralisadas, assim como, a planta de metacrilatos em Candeias passou a operar de forma intermitente visando atender as demandas pontuais do mercado interno. Adicionalmente, reconhecemos provisão para recuperação de ativos relacionadas as plantas de Agro, no montante de R\$715.764. • **Contrato de fornecimento de gás natural:** A Companhia, por meio de controlada Proquigel, ingressou com Ação Cautelar Pré-Arbitral contra a Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras) perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e obteve medida liminar em dezembro de 2023, garantindo a suspensão de obrigações do Contrato de Fornecimento de Gás Natural e dos Contratos de Arrendamento. A vigência dessa liminar, suspende, portanto, a obrigação futura de compra de gás natural num volume total de 5 bilhões de metros cúbicos até 2034. Em seguida, a Companhia, instaurou a arbitragem, conforme cláusula compromissória prevista nos contratos, onde será discutido o mérito da disputa em relação à revisão das bases contratuais. O procedimento arbitral está em processo de confirmação dos carbóridos indicados pelas partes, e estima-se que a constituição do Tribunal Arbitral venha a ocorrer entre 3 (três) a 5 (cinco) meses a partir da presente data. (iii) **Plano de Reestruturação Financeira e Pedido de Recuperação Extrajudicial:** Em 20 de fevereiro de 2024, o Grupo Unigel entrou com um pedido de recuperação extrajudicial, que após período de negociação com os credores, e tendo a Companhia obtido a aprovação de aproximadamente 57% dos mesmos para aprovação dos planos de recuperação extrajudicial, foi adotado com pedido de homologação em 20 de maio de 2024. Os planos de recuperação extrajudicial, que se encontra em processo de homologação judicial, buscam equacionar as dívidas da Companhia e garantir sua sustentabilidade financeira. O plano está dividido em dois planos sensuais distintos (PRE HoldCo e PRE OpCo) e, prevê os seguintes eventos: • **Venda de ativos:** A venda da Plastiglas de México S/A de CV por aproximadamente US\$ 83 milhões líquidos (equivalente a R\$430 milhões), com entrada da caixa em 4 de junho de 2024. • **Captação de recursos:** A captação de pelo menos US\$ 120 milhões por meio da emissão de Senior Notes com vencimento em dezembro de 2027 e juros trimestrais de 13,5% ao ano, sujeito a cash sweep trimestral inicial de US 100 milhões até 2025 e US\$ 75 milhões de 2026 em diante. Os recursos serão utilizados para investimentos estratégicos e capital de giro, com entrada da caixa prevista para o quarto trimestre

Empresas	País	% Participação		Principais produtos
		31/12/2023	31/12/2022	
Proquigel Química S.A. e subsidiária	Brasil	99,9%	99,9%	Metil e etil metacrilatos, metil e etil acrilatos, cianeto de sódio, sulfato de amônia, ácido metacrílico glacial, amônia, ureia e ARLA.
Ecohydrogen Energia S.A.	Brasil	99,9%	99,9%	Hidrogênio verde (planta em construção).
Unigel Distribuidora S.A.	Brasil	99,9%	99,9%	Distribuidora de produtos do Grupo.
Unigel Luxemburgo S.A.	Luxemburgo	99,9%	99,9%	Gestão de ativos financeiros em mercado de capitais.
Unigel Comercializadora de Energia S.A.	Brasil	99,9%	99,9%	Comercialização de energia elétrica.
Unigel Químicos S.A.	Brasil	99,9%	99,9%	Placas de acrílicos e resinas acrílicas.
Companhia Brasileira de Estireno e subsidiárias:	Brasil	99,9%	99,9%	Estireno, poliestireno, etil benzeno, tolueno, látex, acrilonitrila, ácido cianídrico e acetona cianídrica.
Plastiglas de México, S.A. de C.V.	México	99,9%	99,9%	Placas de acrílicos, resinas acrílicas e revenda de placas de policarbonatos.
Metacril Holdings S.A. de C.V. e subsidiárias:	México	99,9%	99,9%	Holding intermediária.
Unigel Inc.	EUA	99,9%	99,9%	Distribuidora de produtos do Grupo
Unigel Acrílicos, S.A. de C.V.	México	99,9%	99,9%	Metil e etil metacrilatos, metil e etil acrilatos, cianeto de sódio e sulfato de amônia.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Diretoria e Conselheiros da Unigel Participações S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Unigel Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido negativo e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Unigel Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incertezas relevantes relacionadas com a continuidade operacional:** Conforme descrito na nota explicativa 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia apresenta patrimônio líquido negativo de R\$1.245.748 mil, um prejuízo líquido de R\$2.334.432 mil, e geração de caixa operacional negativo de R\$452.077 mil, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não atendendo também naquela data os Índices Financeiros ("covenants") de contratos de debêntures e empréstimos e financiamentos, e resultando na apresentação integral deste saldo no passivo circulante, consequentemente, o capital circulante líquido da Companhia está negativo em R\$4.208.587 mil. Em 20 de maio de 2024, a Companhia protocolou o Plano de Recuperação Extrajudicial aprovado pela maioria dos credores, para ser deferido e homologado judicialmente, os quais encontram-se pendentes na presente data. A continuidade operacional da Companhia, baseia-se principalmente no pressuposto de que o Plano de Recuperação Extrajudicial seja homologado e a Reestruturação Financeira divulgada nas notas explicativas nº 1 e nº 33 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas seja implementada com êxito. Como tal plano depende de homologação judicial e a reestruturação financeira implementada, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto. **Valores correspondentes examinados por outros auditores independentes:** As informações e os valores correspondentes ao exercício findo 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente examinados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 30 de março de 2023. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Adicionalmente ao assunto descrito na seção Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional seguem abaixo os outros principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório: **Avaliação da redução ao valor recuperável dos ativos das unidades geradoras de caixa (conforme notas explicativas nº 14 e nº 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas):** Porque que é um PAA: Para a redução ao valor recuperável dos ativos ("impairment") imobilizado e intangível, a Companhia identifica suas unidades geradoras de caixa ("UGC"), estima o valor recuperável de cada UGC utilizando como base um fluxo de caixa projetado para cada UGC, e compara com seus valores contabilizados. As projeções de fluxo de caixa usadas para determinar os valores recuperáveis dos ativos dependem de certas premissas futuras como: preço dos produtos químicos e fertilizantes, volume de venda, taxa de câmbio (Real/Dólar) e inflações. O valor recuperável também é sensível a mudanças na taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa. Conforme divulgação da Companhia na nota explicativa 1 - Contexto operacional, às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o Grupo Unigel, têm enfrentado condições econômicas desafiadoras, incluindo alta ou manutenção de preços de matérias-primas no mercado local e internacional e, em paralelo a redução dos preços de venda no mercado internacional, base também, para os preços praticados no mercado interno. Esse item foi considerado um principal assunto de nossa auditoria, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos imobilizados e intangíveis é complexo e envolve julgamento, bem como se baseia em diversas premissas, tais como: determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia e suas controladas para vários anos futuros. Tais premissas poderão ser afetadas de forma relevante pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros, os quais ainda não podem ser estimados com precisão. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) identificação das atividades de controles desenhadas e implementadas pela Companhia no processo de avaliação da redução ao valor recuperável dos ativos das unidades geradoras de caixa; (ii) envolvimento de nossos

de 2024. • **Reorganização societária:** O Plano Reestruturado prevê a criação de uma nova holding na Holanda ("HoldCo"), que concentrará a titularidade dos investimentos no Grupo Unigel. Os credores abrangidos pelo Plano Reestruturado terão a oportunidade de optar por diferentes modalidades de pagamento para seus créditos, incluindo a conversão em novos títulos de dívida, participação societária na HoldCo e pagamentos em dinheiro, conforme descrito a seguir. • **Credores financiadores:** Credores que optarem por contribuir com novos recursos ("Novos Recursos") para a Companhia receberão, em substituição aos seus créditos existentes, uma combinação de Novas Notas Reestruturadas, Notas Participativas, Notas de Novos Recursos e ações da HoldCo. • **Credores não financiadores:** Credores que optarem por não contribuir com Novos Recursos receberão, em substituição aos seus créditos existentes, uma combinação de Novas Notas Reestruturadas e Notas Participativas. • **Opções de pagamento em dinheiro com prazo alongado:** O Plano Reestruturado também contempla opções de pagamento em dinheiro para certos credores, com prazos e condições específicas. • **Reestruturação da dívida:** A renegociação das dívidas existentes prevê a criação de novas dívidas com as seguintes características: • Novas notas reestruturadas (2L Notes): Notas emitidas pela Unigel Luxembourg de acordo com as leis do estado de Nova Iorque, Estados Unidos da América, com vencimento em 31 de dezembro de 2028 e juros remuneratórios de (i) 12% a.a. da data do pedido de recuperação extrajudicial até 31 de dezembro de 2025, a serem capitalizados ou (ii) 11% a.a., a serem pagos em dinheiro a cada trimestre, a critério da Companhia e a partir de 1º de janeiro de 2026, juros de 11% a.a., a serem pagos em dinheiro a cada trimestre. As notas também têm direito a *cash sweep* em caso de excesso de caixa apurado ao final de cada trimestre fiscal. As notas serão garantidas pelas ações da HoldCo, das empresas do grupo: Unigel Participações, CBE, Proquigel Química S.A., Unigel Químicos S.A., Unigel Distribuidora S.A., Unigel Comercializadora de Energia S.A., Ecohydrogen Energy S.A. e Unigel Luxembourg; equipamentos industriais, plantas, edifícios e terrenos constituindo ativos industriais e 30% dos recebíveis de clientes. • Notas participativas ("Participating Notes"): Notas emitidas pela HoldCo, sendo 90% destinado a credores aderentes ao plano e 10% destinado a Cigel. As notas terão vencimento em 31 de dezembro de 2044 com juros de (i) 15% a.a. a serem capitalizados no valor principal da data do pedido até 31 de dezembro de 2028 (ii) a partir de 1 de janeiro de 2029, juros de 15% a.a. que poderão ser capitalizados no valor principal ou pagos anualmente, desde que as 2L notes e os novos recursos tenham sido integralmente amortizados. As notas também têm direito a *cash sweep* em caso de excesso de caixa apurado ao fim de cada trimestre fiscal. As notas participativas serão convertidas em 95% do capital social total da HoldCo nos seguintes casos: (a) obrigatoriamente e automaticamente, caso as notas participativas não tenham sido integralmente amortizadas ou refinanciadas até 31 de dezembro de 2029, podendo ser postergado para 31 de dezembro de 2030 caso o saldo das notas participativas em 31 de dezembro de 2029 seja igual ou menor que o saldo das notas participativas em 31 de dezembro de 2028; (b) tenha ocorrido um evento de conversão antecipado. Enquanto existirem as notas participativas a HoldCo não poderá distribuir dividendos. • **Participação societária e governança:** Concessão de 50% de ações na constituição da HoldCo aos Credores Financiadores, porém garantindo 50% de direitos econômicos e de governança durante o período de vigência dos novos títulos emitidos. • **Garantias:** As Senior Notes emitidas no contexto do PRE HoldCo e do PRE OpCo terão garantia de primeiro grau sobre os ativos da Companhia, com exceção da Plastiglas de México e ativos específicos mencionados no Anexo A do plano de recuperação extrajudicial. As Novas Notas 2L e as Novas Debêntures 2L terão garantia de segundo grau sobre os mesmos ativos. A estrutura societária após a implementação do plano será a seguinte:



A implementação do Plano Reestruturado resultará em uma significativa redução do endividamento da Companhia, através da conversão de dívida em capital, além da injeção de novos recursos financeiros. Adicionalmente, a reorganização societária e a nova estrutura de governança corporativa da HoldCo visam fortalecer a gestão e a governança da Companhia. A Administração acredita que a implementação do Plano Reestruturado fortalecerá significativamente a posição financeira da Companhia e proporcionará uma base sólida para o crescimento futuro. A reestruturação da dívida, a reorganização societária e a captação de novos recursos devem permitir que a Companhia atenda às suas obrigações de capital de giro e explore novas oportunidades de negócios como por exemplo, a conclusão do projeto da nova planta de Ácido Sulfúrico situada no Estado da Bahia. Apesar do avanço e aprovação por parte significativa dos credores nos Planos de Recuperação Extrajudicial da Companhia e de suas controladas, como a implementação dos planos propostos depende da conclusão do processo de homologação judicial, existe uma incerteza relevante que pode lançar dúvidas significativas quanto a capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se os Planos de Recuperação Extrajudicial não forem homologados judicialmente, e consequentemente, os Planos de Reestruturação Financeira não for implementado com êxito, a Companhia poderá não obter financiamento adicional de que necessita e readequar a sua estrutura de capital para que consiga garantir uma solução de financiamento de longo prazo. O uso, pela Administração, do pressuposto de continuidade operacional, foi feito baseado na premissa de que a Recuperação Extrajudicial seja homologada bem como a Reestruturação Financeira seja implementada. Essas demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes que possam resultar das incertezas anteriormente mencionadas. A composição societária do Grupo em 31 de dezembro de 2023 é a mesma em relação a 31 de dezembro de 2022 e possui as seguintes empresas controladas:

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) líquido do período	(2.334.432)	388.717	(2.334.432)	388.717
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	8.135	7.472	293.452	275.742
Juros de arrendamentos	959	2.342	36.432	41.779
Provisões de contingências	313	247	28.800	19.699
Provisões ambientais e reembolsos a cobrar	-	-	17.346	-
(Reversões de) provisões de estoques	-	-	(3.656)	26.204
Impostos diferidos	-	-	(346.299)	(45.581)
Perda de créditos estimada	-	-	(433)	(3.553)
Derivativos	-	-	530.897	(8.032)
Juros provisionados e variação cambial	92.026	53.991	364.827	554.652
Juros sobre impostos parcelados	-	-	60.245	9.409
Resultado na venda de ativos imobilizados	-	-	1.796	15.119
Resultado de equivalência patrimonial	2.219.943	(478.755)	-	-
(Reversão de) provisão de <i>impairment</i> de ativo imobilizado	-	-	715.968	(6.820)
Baixa definitiva de ativos	-	-	73.948	-
Atualização sobre crédito de PIS/COFINS	-	-	(2.734)	(3.520)
Encargos sobre duplicatas descontadas	-	-	45.753	19.126
Juros de fornecedores	(13.056)	(25.986)	(485.605)	1.286.160
Variações em:				
Contas a receber de clientes	-	-	157.496	52.938
Estoques	-	-	328.423	(174.211)
Impostos e contribuições a recuperar	11.038	-	(68.741)	(185.212)
Créditos contratuais	-	-	(63.628)	(268)
Demais ativos de curto e longo prazo	(633)	(1.968)	(44.553)	99.676
Fornecedores	1.682	(505)	(86.967)	148.483
Impostos e contribuições a pagar	-	-	3.527	(65.745)
Demais passivos de curto e longo prazo	1.388	(701)	72.797	46.212
Caixa gerado (aplicado) das atividades operacionais	419	(25.633)	(158.231)	1.207.823
Juros pagos	(37.992)	(36.885)	(293.715)	(379.743)
Impostos de renda e contribuição social pagos	-	-	(131)	(53.754)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(37.573)	(62.518)	(452.077)	774.326
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(1.887)	(698)	(491.835)	(812.871)
Recebimentos por vendas de ativo imobilizado	-	-	5.935	41.406
Adiantamentos de caixa a partes relacionadas	-	-	(724)	-
Fluxo de caixa aplicado das atividades de investimento	(1.887)	(698)	(486.624)	(771.465)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e debêntures	-	494.377	1.392.670	626.369
Pagamentos de empréstimos e debêntures	(156)	-	(661.916)	(243.693)
Efeito caixa de derivativos	-	-	(323.325)	1.448
Pagamentos de arrendamento	(9.058)	(8.315)	(124.523)	(120.822)
Dividendos pagos	(16.090)	(196.658)	(16.090)	(196.658)
Adiantamentos de caixa de partes relacionadas	52.940	(214.593)	-	(98)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	27.636	74.811	266.816	66.546
Fluxo de caixa líquido				
Variação cambial do caixa e equivalentes de caixa	-	-	(9.560)	(10.181)
Transferência de caixa para operações mantidas para venda	-	-	(61.283)	-
Variação de caixa e equivalentes de caixa	(11.824)	11.595	(742.728)	59.226
Caixa e equivalentes de caixa em 01 de janeiro	12.068	473	908.564	849.338
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	244	12.068	165.836	908.564

Em 31 de dezembro de 2023, as principais transações que não envolveram caixa no Fluxo de Caixa Consolidado foram: (i) Variações de fornecedores de imobilizado no valor de R\$ 43.916 (R\$ 48.849 em 31 de dezembro de 2022); (ii) Adições e renegociações de ativos de direito de uso no valor de R\$ 50.153 (R\$ 95.219 em 31 de dezembro de 2022); (iii) Capitalização de juros de empréstimos no valor de R\$ 98.853 (R\$ 43.368 em 31 de dezembro de 2022). As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2. Eventos subsequentes

Plano de Recuperação Extrajudicial: Conforme divulgado nota explicativa 1, em 20 de fevereiro de 2024, o Grupo Unigel entrou com um pedido de recuperação extrajudicial, que após período de negociação com os credores, e tendo a Companhia obtido a aprovação de aproximadamente 57% dos credores para aprovação do Plano de Recuperação Extrajudicial, foi adotado com pedido de homologação em 20 de maio de 2024. O Plano de Recuperação Extrajudicial, que se encontra em processo de homologação judicial, busca equacionar as dívidas da Companhia e garantir sua sustentabilidade financeira. **Venda da Plastiglas do México S.A. de C.V.:** A Companhia concluiu a venda da Plastiglas de México S.A. de C.V. por US 105 milhões em junho de 2024. O valor de venda foi ajustado por: (i) caixa da operação; (ii) Diferença entre o capital de giro entregue e o capital de giro considerado ideal para a operação; (iii) dívidas financeiras da operação e (iv) parcela retidas em garantia de forma contábil. Dessa forma o valor líquido recebido pelo grupo na transação foi de US 83 milhões, convertido para reais pela taxa próxima ao momento do fechamento do câmbio. Os recursos líquidos da venda serão utilizados para reforçar o capital de giro do Grupo.

DIRETORIA

Roberto Noronha Santos
Diretor Presidente
André Luis da Costa Gai
Vice-Presidente Financeiro e Diretor de RI
Daniel Scarmelotti da Fonseca
Diretor de Controladoria - CRC 1SP 219.079/O-4
Marcio Scatigno
Gerente Executivo de Controladoria - CRC 1SP 218.247/O-7

acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório e descrita no parágrafo de ênfase acima. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As integrações dessas publicações encontram-se disponíveis no site: <https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal>

Edital de citação, Processo 1042981-86.2021.8.26.0100. FAZ SABER a Atlas Proj Tecnologia Ltda, domiciliado em local incerto e não sabido, que lhe foi movida a apresentação de Procedimento Comum Cível por Rafael Lucas dos Santos. Encontrando-se a parte ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente contestação, sob pena de revelia. No silêncio, será nomeado curador especial. Ser o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. O presente edital tem o prazo de 20 dias.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0004324-05.2020.8.26.0011. A MM. Juíza de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional XI - Pinheiros, Estado de São Paulo, D(r)a. Vanessa Bianchi Bacalca da Rocha, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a NORBERTO GERALDO SIMÕES, CPF 022.110.648-44, e a FERNANDA CAMILA DE AZEVEDO, CPF nº 096.619.388-14, que lhes foi instaurado por parte de Prime Geradores de Locação de Equipamentos Mec, o Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica da empresa G2 Locação de Equipamentos e Serviços Ltda. Encontrando-se os réus em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente contestação, sob pena de revelia. No silêncio, será nomeado curador especial. Ser o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. O presente edital tem o prazo de 20 dias.

Anfema Administração e Participações S/A
CNPJ/ME nº 08.841.517/0001-15 - NIRE 35.300.534.174
Aviso aos Senhores Acionistas
A Diretoria em exercício comunica aos Srs. Acionistas que os documentos de que trata o art. 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social findo em 31/12/2023, necessários à realização da próxima Assembleia Geral da Anfema Administração e Participações S/A, a ser marcada, se encontram disponíveis na sede social da Companhia à Rua Araguaari, 817, CJ. 48, Vila Uberlândia, São Paulo, Capital, CEP 04514-041. A diretoria em exercício, **André Cintra Pereira e Marcelo Carlos Perillo**.

Edital de citação - Prazo de 20 dias Processo nº 1022316-78.2023.8.26.01000(A MM. Juíza) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional XI - Pinheiros, Estado de São Paulo, D(r)a. Letícia Gaspar Tunali, na forma da Lei, etc. Faz saber a(o) Aquatro Negócios Ltda (Antiga GR 360 Intermédios de Negócios Eireli), CNPJ 264210000159, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Keywin Tsuneu Jessu Pinheiro, alegando em síntese: a proposta Ação de Rescisão Contratual cumulada com a devolução de valores e danos morais e materiais, em razão da existência de gravíssimo dolo, com a desconsideração da personalidade jurídica e que seja a presente ação julgada procedente, com a consequente declaração da Rescisão Contratual e a condenação à devolução das quantias aporadas em R\$699.500,00 (sessenta e nove mil e quatrocentos reais), bem como danos morais no importe de R\$10.000,00 (dez mil reais). Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente contestação, sob pena de revelia. No silêncio, será nomeado curador especial. Ser o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de abril de 2024.

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS, COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, expedido nos autos do PROCESSO Nº 0041450-12.2009.8.26.0053, O(A) MM. Juíza de Direito da 13ª Vara de Fazenda Pública, do Foro Central e Prozac. Níveis/Acidentes, Estado de São Paulo, D(r)a. Maria Gabriella Pavlopoulos Spalozini, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a TERCEIROS INTERESSADOS NA LIDE que o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO move uma ação de Desapropriação, proc. 0041450-12.2009.8.26.0053. Extraído dos autos da Ação de Desapropriação requerida pela Prefeitura Municipal de São Paulo contra o Estado de Lavinia Machado de Almeida e outros. A D(r)a. Maria Gabriella Pavlopoulos Spalozini, Juíza de Direito da 13ª Vara Foro Central/Fazenda Pública e Acidentes. Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa que por r sentença datada de 28/02/2015, foi declarado de utilidade pública a área de 440 m² (quarente terreno), concretamente a totalidade do imóvel situado na conflúncia das Ruas Itajubi e Itangá, Lote 1 da Quadra B - Jardim Recanto do Morumbi, Ibirapuera/SP, contribuinte nº 170.032.0001-4, declarada de utilidade pública para implantação do Melhoramento Plano de Urbanização de Paraisópolis, Via Perimetral e Equipamentos Públicos, fixado como valor de indenização a importância de R\$ 138.847,99 (julho/2012). Sendo pleiteado o levantamento da instalação por SILVIA PORTO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CNPJ 54.744.727/0001-02, por ser esta a detentora da propriedade conforme matrícula nº 261.593 do 15º CRJ/SP. É levantado o levantamento da instalação por esta detentora da propriedade, em razão da existência de gravíssimo dolo, com a desconsideração da personalidade jurídica e que seja a presente ação julgada procedente, com a consequente declaração da Rescisão Contratual e a condenação à devolução das quantias aporadas em R\$699.500,00 (sessenta e nove mil e quatrocentos reais), bem como danos morais no importe de R\$10.000,00 (dez mil reais). Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente contestação, sob pena de revelia. No silêncio, será nomeado curador especial. Ser o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. (Decreto Estadual nº 51.796, datado de 09.05.07). NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de agosto de 2023. n.º 03 e 04

VIVO LEILÕES ON LINE
Data: 04 de julho de 2024 às 14h00
APARELHOS CELULARES DE DIVERSAS MARCAS E MODELOS
CADASTRE-SE ANTECIPADAMENTE PARA PARTICIPAR DO LEILÃO
OBS: TODOS OS LOTES SÃO DE CELULARES/MODELIS/ACESSÓRIOS USADOS E SUCATA. SEM GARANTIA DE TROCACONFIAÇÃO.
Informações pelo telefone: 11- 3550-4066, 94173-1982, ou pelo e-mail eduardo@frazaoleiloes.com.br, ou www.FrazaoLeiloes.com.br
Carlos Eduardo Luis Campos Frazão JUCESP Nº 781

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª E 2ª SÉRIES DA 153ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, companhia securitizadora devidamente registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o nº 728, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Geratituba, nº 207, 16º andar, conjunto 162, Butantã, CEP 05501-900, inscrita no CNPJ sob o nº 08.769.451/0001-08, e com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.340.949, CONVOCA os titulares dos certificados de recebíveis do agronegócio da 1ª e 2ª séries da 153ª emissão da Virgo Companhia de Securitização ("CRA", "Emissora" ou "Securitizadora", respectivamente), nos termos da Cláusula 8.3 do "Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª e 2ª Séries da 153ª Emissão, da Virgo Companhia de Securitização com Lastro em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Green Farming Fazendas Renováveis Ltda." celebrado em 28 de junho de 2022 entre a Emissora e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Termo de Securitização" e "Agente Fiduciário", respectivamente), da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM.60") e da §2ª do artigo 124 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei 6.404"), a se reunir em 2ª (segunda) convocação, para Assembleia Geral de Titulares dos CRA, que será realizada no dia 11 de julho de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente remota e eletrônica, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia ("AGT"): (i) declarar, ou não, o Vencimento Antecipado Não Automático da "Cédula de Produto Rural Financeira nº 001/2022", emitida pela Green Farming Fazendas Renováveis Ltda. ("Devedora") em favor da Securitizadora, em 8 de julho de 2022, conforme aditada ("CPR Financeira Subordinada") e da "Cédula de Produto Rural Financeira nº 002/2022", emitida pela Devedora em favor da Securitizadora, em 8 de julho de 2022, conforme aditada ("CPR Financeira Subordinada") e, quando em conjunto com a CPR Financeira Senior, as "CPR Financeiras"; e, consequentemente, do CRA, nos termos dos itens (i) da Cláusula 9.2 das CPR Financeiras e itens (i) da Cláusula 10.4 do Termo de Securitização, em razão do descumprimento da obrigação de recomposição e complementação dos valores necessários para atingir o Saldo Mínimo da Conta Vinculada, nos termos do item (ii) da Cláusula 4.4 do "Instrumento Particular de Contratação de Serviços de Intermediação Financeira e Outras Atividades", celebrado entre a Devedora e a Securitizadora em 8 de julho de 2022, conforme aditado ("Contrato de Cessão Fiduciária"); (ii) aprovar a alteração do prazo para cumprimento da obrigação da Devedora prevista no item (a), (ii) da Cláusula 11.1 das CPR Financeiras referente a apresentação das demonstrações financeiras auditadas da Devedora de até 120 (cento e vinte) dias contados da data de término de cada exercício social para apresentação em até 150 (cento e cinquenta) dias contados da data de término de cada exercício social, a partir do término do exercício social a ser encerrado em 2024; (iii) aprovar a não configuração do Evento de Vencimento Antecipado descrito no item (bix) da Cláusula 9.2 das CPR Financeiras e no item (bix) da Cláusula 10.4 do Termo de Securitização, para a constituição de garantia real na forma de alienação fiduciária sobre ativos imobiliários da Devedora (conforme definido abaixo), cujo valor, individual ou agregado, é superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), em favor das Obrigações Garantidas no âmbito da "Cédula de Produto Rural Financeira nº 003/2022" e da "Cédula de Produto Rural Financeira nº 004/2022", ambas emitidas, em favor da Securitizadora, em 15 de dezembro de 2022, conforme aditadas; (iv) aprovação da alteração dos termos e condições do Contrato de Cessão Fiduciária com o intuito de exigir a obrigação de cumprimento do Saldo Mínimo da Conta Vinculada, prevista nos termos da Cláusula 4.4 do Contrato de Cessão Fiduciária, a partir da próxima parcela vinculada da Remuneração do Valor Nominal Unitário dos CRA, observado o disposto nos itens (v) e (vii) abaixo; (v) anuir previamente, em caso de instalação da Assembleia em 2ª Convocação, com a não configuração do Vencimento Antecipado Automático descrito no item (i) da Cláusula 9.1 das CPR Financeiras e no item (i) da Cláusula 10.3 do Termo de Securitização para o descumprimento da obrigação de pagamento da parcela da Remuneração vinculada em 17 de junho de 2024; ou, em caso de instalação da Assembleia em 2ª Convocação, sustar os efeitos do Vencimento Antecipado Automático descrito no item (i) da Cláusula 9.1 das CPR Financeiras e no item (i) da Cláusula 10.3 do Termo de Securitização para o descumprimento da obrigação de pagamento da parcela da Remuneração vinculada em 17 de junho de 2024, e consequentemente, aprovar a prorrogação de 6 (seis) meses para realização do pagamento da referida parcela, a qual deverá ser paga pela Devedora em 15 de dezembro de 2024, conforme alteração do cronograma de Datas de Pagamento constantes do Anexo I das CPR Financeiras, que passará a vigor conforme o cronograma constante do Anexo A do Material de Apoi; (vi) caso a matéria prevista no item (v) acima seja aprovada, a aprovação da alteração do cronograma de eventos financeiros da Data de Pagamento da Remuneração dos CRA previsto no Anexo XI do Termo de Securitização para refletir a prorrogação de 6 (seis) meses para pagamento da Remuneração dos CRA, de modo que o cronograma de eventos financeiros passará a vigor conforme constante do Anexo B do Material de Apoi; (vii) a aprovação alteração das Datas de Pagamento das parcelas de Amortização do Valor Nominal das CPR Financeiras, considerando a prorrogação de 12 (doze) meses para o pagamento de tais valores devidos a partir da parcela vinculada inicialmente em 17 de junho de 2024 para 17 de junho de 2025 e, consequentemente, a alteração do cronograma de eventos financeiros constante do Anexo I das CPR Financeiras, que passará a vigor conforme o cronograma constante do Anexo A do Material de Apoi; (viii) caso a matéria prevista no item (vii) acima seja aprovada, a aprovação da alteração da Cláusula 3.8 do Termo de Securitização para alterar o número de parcelas de pagamento da Amortização de 6 (seis) para 8 (oito) e das Datas de Amortização previstas no Anexo XI do Termo de Securitização para refletir a prorrogação de 12 (doze) meses para o pagamento da Amortização e, consequentemente, a alteração do cronograma de eventos financeiros constante do Anexo XI do Termo de Securitização, que passará a vigor conforme o cronograma constante do Anexo B do Material de Apoi; (ix) a aprovação da alteração da Data de Vencimento das CPR Financeiras de 15 de janeiro de 2026, prevista no preâmbulo das CPR Financeiras, para 19 de janeiro de 2026; (x) caso a matéria prevista no item (ix) acima seja aprovada, a alteração da Data de Vencimento dos CRA de 19 de janeiro de 2026, prevista na Cláusula 3.7 do Termo de Securitização, para 19 de janeiro de 2026; (xi) aprovar a prorrogação de 5 (cinco) Dias Úteis adicionais, a contar da assinatura da AGT, para cumprimento, pela Devedora, da majoração de todos os prazos de cura das obrigações pecuniárias e das obrigações não pecuniárias previstas nas CPR Financeiras, no Contrato de Cessão Fiduciária e no Termo de Securitização, conforme aplicável, exceto, caso seja aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (xii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (xiii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (xiv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (xv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (xvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (xvii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (xviii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (xix) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (xx) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (xxi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (xxii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (xxiii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (xxiv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (xxv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (xxvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (xxvii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (xxviii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (xxix) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (xxx) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (xxxi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (xxxii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (xxxiii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (xxxiv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (xxxv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (xxxvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (xxxvii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (xxxviii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (xxxix) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (xl) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (xli) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (xlii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (xliiii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (xliv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (xlv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (xlvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (xlvii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (xlviii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (xlix) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (l) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (li) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (liiii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (liv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lviii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lviiii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lviii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lviii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lviii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lviii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lviii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lviii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lviii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lviii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lviii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lviii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lviii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lviii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lviii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lviii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lviii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lviii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lviii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lviii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lviii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lviii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lviii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lviii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lviii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lviii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lviii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lviii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lviii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lviii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lviii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lviii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lviii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lviii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lviii) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lv) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvi) observar a deliberação do item (v) acima, aprovada, com relação ao prazo da matéria deliberada no item (ii) acima; (lvii) observar a deliberação do item (v) acima, aprov

Agricultura familiar terá R\$ 76 bi para produção de alimentos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou, na quarta-feira (3), o Plano Safra da Agricultura Familiar 2024/2025, com R\$ 76 bilhões destinados ao crédito rural no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O valor é 6,2% superior ao anunciado na safra passada e o maior da série histórica.

“O plano safra exuberante pode não ser tudo que a gente precisa, mas é o melhor que a gente pode fazer”, disse Lula em discurso durante o evento no Palácio do Planalto. O presidente garantiu que o governo vai cuidar para que os produtores não tenham prejuízo e disse que é preciso incentivar a produção para reduzir a inflação dos alimentos.

“Os preços dos alimentos aumentam em função de determinadas intempéries, quando tem seca, quando chove demais. Então, a gente tem que incentivar as pessoas a plantarem o máximo possível e garantir que, na hora da colheita, a gente não vai deixá-los terem prejuízo porque plantaram demais. O governo tem que garantir um pagamento correto pra que aquelas pessoas possam fazer os seus produtos chegarem no supermercado”, disse Lula.

“Se a gente fizer isso, se a gente comprar as máquinas, produzir mais leite, mais queijo, plan-

tar mais tomate, mais pepino, mais chuchu, não vai ter inflação de alimento. A inflação de alimento ela se dá quando a gente produz menos do que a demanda, que começa a ter escassez no supermercado e aí cada pessoa pede o preço que quiser. Mas a gente tiver produção correta, não faltará produto no supermercado, ninguém precisa aumentar o preço porque a gente vai ter excesso de comida nesse país”, acrescentou.

Segundo o governo, somadas outras ações anunciadas para a agricultura familiar, como financiamento de máquinas agrícolas de pequeno porte, a ampliação do microcrédito rural e a criação de fundos que ampliam o acesso ao crédito, o volume investido chega a R\$ 85,7 bilhões.

O governo federal dará ainda mais incentivos a quem produzir alimentos que vão à mesa dos brasileiros e da biodiversidade. Cerca de dez linhas de financiamento de crédito rural do Pronaf tiveram redução de taxas. Para a produção orgânica, agroecológica e de produtos da sociobiodiversidade a taxa será de 2% no custeio e 3% no investimento. Quem produzir arroz, por exemplo, também encontrará juros reduzidos para o custeio, de 3%, no caso do convencional, e 2% no orgânico.

Neste plano safra, o governo

ainda vem com uma nova estratégia nacional para ampliação da produção de arroz da agricultura familiar. São sete eixos principais: crédito, acompanhamento técnico, sementes, beneficiamento, comercialização e contratos de opção com o estabelecimento de um preço mínimo do produto.

O presidente pediu ainda que os sindicatos e organizações orientem os produtores sobre a existência dos créditos e programas e alertou que é preciso fiscalização para garantir que o dinheiro chegue na ponta.

Programa Ecoforte

Outro destaque do evento foi o lançamento do edital do programa Ecoforte para apoiar projetos de 40 redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica, cerca de 30 mil agricultores familiares. Serão destinados R\$ 100 milhões para o programa, em projetos com valores entre R\$ 1 milhão e R\$ 3 milhões. Os recursos são fruto de acordo de cooperação da Secretaria-Geral da Presidência e do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) com o BNDES e a Fundação Banco do Brasil.

Ainda, o governo lançou a iniciativa do Campo à Mesa, um edital de R\$ 35 milhões para selecionar organizações da sociedade civil que fomentem sistemas de produção agroecológica. Outros dois editais lançados visam o fomento da organização produtiva e econômica de mulheres rurais: Quintais Produtivos, no valor de R\$ 30 milhões, e Mulheres Rurais, de R\$ 30,2 milhões.

Taxas reduzidas

Este Plano Safra da Agricultura Familiar tem taxas que variam de 0,5% a 6%, com redução para duas linhas de financiamento de custeio e oito de investimento.

As linhas de custeio do Pronaf reduzidas são para produtos da sociobiodiversidade como babaçu, jambu, castanha do Brasil e licuri, de 3% para 2%; e para produção de alimentos como feijão, arroz, mandioca, leite, frutas e verduras, de 4% para 3%.

Já as linhas de investimento que tiveram redução de 4% para 3% são: Pronaf Floresta, Pronaf Semiárido, Pronaf Jovem, Pronaf Agroecologia, Pronaf Bioecon-

omia, Pronaf Produtivo Orientado e Pronaf Mulher, para as agricultoras com renda familiar bruta anual de até R\$ 100 mil.

O Pronaf Mais Alimentos ganhou uma sublinha de financiamento, com redução de 5% para 2,5% para compra de máquinas de pequeno porte. Também nessa linha, tiveram redução de 4% para 3% as atividades de aquisição e instalação de estruturas de cultivo protegido, inclusive equipamentos de automação, construção de silos, ampliação e construção de armazéns e câmaras frias destinados à guarda de grãos, frutas, tubérculos, bulbos, hortaliças e fibras, aquisição de tanques de resfriamento de leite e ordenhadeiras, aquicultura e pesca.

Mecanização

Outro destaque é a linha de crédito para aquisição de máquinas e implementos agrícolas de pequeno porte, específicos para a agricultura familiar, no âmbito do Programa Mais Alimentos. Os juros serão de 2,5%, metade da taxa de juros praticada no programa, para financiamento de máquinas de até R\$ 50 mil, como microtratores, motocultivadores e roçadeiras. A linha é destinada à família com renda anual de até R\$ 100 mil.

Ao todo, o Mais Alimentos deve destinar R\$ 12 bilhões entre recursos equalizados e dos fundos constitucionais para compra de máquinas para a agricultura familiar nesta safra.

Para as máquinas de maior porte, incluindo tratores de até 70 cavalos de potência, o limite será de R\$ 250 mil com 5% de juros e 7 anos para pagar.

Microcrédito

As famílias agricultoras de baixa renda, com renda até R\$ 50 mil por ano, poderão acessar até R\$ 35 mil pelo Pronaf B (Agroamigo ou microcrédito rural), a linha com taxa de juros de 0,5% e desconto de até 40% para quem paga em dia. A ampliação de limite de crédito para as famílias passou de R\$ 10 mil para R\$ 12 mil e, para as mulheres, de R\$ 12 mil para R\$ 15 mil.

Uma novidade é a criação de um limite independente para jovens rurais no Pronaf B, no valor de R\$ 8 mil. “Dessa forma, a juventude poderá desenvolver projetos produtivos específicos,

incentivando a autonomia e a permanência do jovem no campo”, argumentou o governo.

Garantia e cooperativismo

A agricultura familiar também será incluída em três fundos garantidores da União. O governo enviará projeto de lei para apreciação do Congresso para permitir a inclusão dos agricultores familiares e suas cooperativas no Fundo de Garantia de Operações (FGO) para a cobertura das operações contratadas no âmbito do Pronaf.

O FGO é um instrumento financeiro para reduzir riscos para as instituições financeiras e facilitar o acesso ao crédito, especialmente para pequenos produtores que enfrentam dificuldades em oferecer garantias reais. O texto do projeto autoriza o aumento de aporte no fundo por parte da União, bem como explicita os detalhes de como o aporte adicional será implementado nos próximos anos.

No caso das cooperativas da agricultura familiar, elas já poderão contar com a garantia do Fundo de Amparo às Micros e Pequenas Empresas do Sebrae e do Fundo Garantidor para Investimentos do BNDES.

Além da nova cobertura pelos fundos garantidores, as cooperativas também passarão a contar com um programa de fortalecimento, o Coopera Mais Brasil. Para 2024, está previsto o investimento de R\$ 55 milhões para o apoio à gestão de 700 cooperativas.

O objetivo principal do governo é fomentar a organização coletiva dos agricultores familiares por meio do fortalecimento das cooperativas, associações e empreendimentos solidários. Entre as principais ações do programa estão o crédito facilitado, o acesso aos fundos garantidores e a assistência técnica para melhoria da gestão das cooperativas e acesso aos mercados.

“O programa irá estruturar e modernizar a gestão dos grupos organizados da produção familiar, estimular a agroindustrialização e impulsionar as práticas de comércio justo e solidário e as redes e arranjos produtivos locais”, explicou o governo.

Acesso à terra

Ainda, o governo disponibilizou recursos para regularização

fundiária de imóveis rurais, incluindo todas as etapas do processo, como despesas com serviços de georreferenciamento, tributos, emolumentos e custas cartoriais. O limite de financiamento será de R\$ 10 mil, com taxa de juros de 6% e 10 anos para pagamento, com 3 anos de carência.

Durante o evento, Lula também assinou o decreto que instituiu o Programa Nacional de Florestas Produtivas. O objetivo é recuperar áreas que foram alteradas ou degradadas para fins produtivos, com vistas à adequação e à regularização ambiental da agricultura familiar e à ampliação da capacidade de produção de alimentos saudáveis e de produtos da sociobiodiversidade.

Rio Grande do Sul

Outro decreto assinado altera os limites de aquisição de agricultores familiares e suas organizações no PAA Compra Direta em situações de calamidade, inicialmente para atender o Rio Grande do Sul, e ampliado para outros casos de calamidade. A medida facilita a aquisição para atender demandas emergenciais, como as Cozinhas Solidárias.

Entre as alterações do regulamento estão os limites das modalidades de Compra com Doação e Simultânea e Compra Direta de R\$ 15 mil para R\$ 30 mil por unidade familiar, por ano, desde que por tempo determinado e para atendimento de situações especiais ou emergenciais, evidentemente reconhecidas. No caso de organizações fornecedoras, os limites passarão de R\$ 1,5 milhão para R\$ 6 milhões.

A medida também faz a suspensão excepcional, até 31 de dezembro de 2024, da aplicação dos limites para a modalidade Compra Direta, nas aquisições de alimentos destinadas ao atendimento das famílias afetadas pela calamidade pública no estado do Rio Grande do Sul.

Agronegócio

Complementando os valores para o setor rural, Lula anuncia o Plano Safra 2024/2025 para o agronegócio, com R\$ 400 bilhões para o financiamento da agricultura e da pecuária empresarial no país. (Agência Brasil)

Advogado do Consumidor & Cidadão Consciente

Conheça seus Direitos

Conheça os Direitos dos Idosos

Nicholas Maciel Merlone e ChatGPT

O envelhecimento do povo consiste em um fenômeno global e estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS) sinalizam que, em mais ou menos três décadas, a quantidade de idosos será equivalente ao montante de crianças. O Censo 2022 indicou que o número de idosos no Brasil atingiu o número de 31,2 milhões, sendo 14,7% dos brasileiros. O crescimento foi de 39,8% no período de 2012 a 2021.

Os direitos dos idosos no Brasil são fundamentados em diversas legislações que garantem sua dignidade, bem-estar e proteção. A **Constituição Brasileira de 1988**, em seu artigo 230, estabelece: “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida”. Assim, os idosos possuem prioridade na promoção de políticas públicas voltadas para o envelhecimento saudável e ativo.

O Estatuto do Idoso, Lei Federal nº 10.741/2003, complementa essas garantias, quando trata dos Direitos Fundamentais. Quanto à **saúde**, os artigos 15 a 18 garantem acesso universal e igualitário à saúde, com atendimento preferencial e especializado, além de acesso a medicamentos gratuitos. Nos termos do artigo 20, o idoso tem direito à **educação**, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade. No que se refere ao **transporte**, o artigo 39 prevê a gratuidade no transporte coletivo urbano para pessoas com mais de 65 anos, mediante apresentação do documento de identidade.

Além disso, o Brasil é signatário de **convenções internacionais** que reforçam os direitos dos idosos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos.

Igualmente, os idosos têm o direito de não serem discriminados nos **planos de saúde** em razão da idade, além de estarem protegidos contra reajustes abusivos por faixa etária, conforme estabelecido pelo Estatuto do Idoso e regulamentado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Essas medidas visam garantir o acesso contínuo a serviços de saúde privados de qualidade, promovendo o bem-estar e a segurança dos idosos no sistema de saúde suplementar do Brasil.

Essas legislações visam proteger os idosos contra qualquer forma de abuso, negligência e violência, assegurando-lhes uma vida digna e plena, com participação ativa na sociedade. A implementação desses direitos é essencial para promover o envelhecimento saudável e garantir a inclusão social e o respeito aos direitos humanos na terceira idade.

Finalmente, estimado leitor, estimada leitora, comunico que farei uma breve pausa em nossa coluna, retomando-a em meados de agosto de 2024. Até mais!

Nicholas Maciel Merlone - Advogado especialista em Direito do Consumidor com Escritórios Parceiros | Professor Universitário | Mestre em Direito | Articulista & Escritor.

Instagram: @nicholasmerlone / Contato: nicholas.merlone@gmail.com



Encontro Nacional de Presidentes, Procuradores e Secretários-Gerais das Juntas Comerciais acontece em São Luís, MA

A Federação Nacional de Juntas Comerciais (FENAJU) realizou na quarta-feira (3) o Encontro Nacional de Presidentes, Procuradores e Secretários-Gerais das Juntas Comerciais. O evento, sediado na cidade de São Luís, Maranhão, reuniu representantes de dez Juntas Comerciais para discutir temas cruciais para o desenvolvimento do setor mercantil brasileiro. A abertura oficial do encontro aconteceu pela manhã e contou com a presença de diversas autoridades.

Entre elas, destacaram-se a presidente da FENAJU, Gregória Benário, o presidente da Junta Comercial anfitriã, Sérgio Sombra, o secretário estadual da Fazenda, Marcellus Ribeiro, a diretora do Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI), Flávia Brito, o presidente da Fecomércio, Maurício Feijó, a secretária de Estado de Indústria e Comércio, Karina Fonseca, a gerente Regional da Suzano, Raquel Moura, o delegado da Receita Federal, Carlos Eduardo, além do presidente da OAB-MA, Kaio Saraiva. Durante a reunião ordinária, os presidentes das Juntas Comerciais discutiram a atualização do Sistema Integrado entre os integrantes propostos pela FENAJU, o projeto de Inteligência Artificial no apoio ao descarte de arquivo físico, a apresentação das boas práticas das Juntas Comerciais e o alinhamento das agendas de reuniões futuras. A presidente da FENAJU, Gregória Benário, destacou a importância desses encontros para o fortalecimento do ambiente empresarial no Brasil. “Esses encontros são fundamentais para

que possamos trocar experiências e alinhar nossas práticas, construindo um ambiente empresarial cada vez mais forte e próspero em todo o Brasil.

Agradeço a receptividade da Junta Comercial do Maranhão e a participação de todos os presentes”, afirmou Gregória. O presidente da Junta Comercial do Estado do Maranhão (Jucema), Sérgio Sombra, expressou sua satisfação em sediar o evento. “Estamos muito felizes em rece-

ber o Encontro Nacional de Juntas Comerciais aqui em São Luís. Esse alinhamento entre as Juntas Comerciais é crucial para o crescimento do setor mercantil. Agradeço a presença de todos os representantes e espero que tenhamos discussões produtivas”, disse Sérgio. Marcellus Ribeiro, secretário estadual da Fazenda, também ressaltou a importância das Juntas Comerciais. “As Juntas Comerciais oferecem muito mais do que atos de regis-

tro de comércio; elas oportunizam a estabilidade nas relações jurídicas entre pessoas jurídicas ou físicas, contribuindo significativamente para a segurança e o desenvolvimento econômico do país”, afirmou Marcellus.

O Encontro Nacional de Juntas Comerciais segue com uma programação intensa, promovendo debates e a troca de boas práticas para a melhoria contínua dos serviços prestados pelas Juntas Comerciais em todo o Brasil.

ATAS / BALANÇOS / EDITAIS / LEILÕES

PROGAN BR S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de Dezembro de 2023 e 2022		Demonstrações de resultados em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Milhares de Reais)		Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais)		
Ativo	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Circulante	47.056	4				
Caixa e equivalentes de caixa	6.738	4				
Contas a receber de clientes	5.314	—				
Outros créditos (AC)	35.004	—				
Não circulante	17.076	6				
Partes relacionadas	17.017	—				
Imobilizado	59	6				
Total do ativo	64.132	10				
Passivo e patrimônio líquido	2023	2022				
Circulante	46.154	40				
Empréstimos e financiamentos	30.912	—				
Fornecedores	12.583	—				
Outros débitos (PC)	2.659	—				
Não circulante	4.247	1.677				
Empréstimos e financiamentos	3.881	—				
Partes relacionadas	366	—				
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	—	(1.677)				
Patrimônio líquido	13.731	(1.707)				
Capital social	3.126	1				
Prejuízos acumulados	—	(1.708)				
Reserva legal	625	—				
Reserva de lucros	9.980	—				
Total do passivo e do patrimônio líquido	64.132	10				
Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais)	2023	2022				
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	17.477	(1.532)				
Aumento (redução) em outros créditos	—	—				
Total do exercício atribuível a	17.477	(1.532)				
DIRETORIA						
Alexandre Rodrigues Ferreira da Silva						
Diretor Responsável						
André Rocha Menezes						
Contador Responsável - CRC:1 SP 290.347/0-5						
Relatório da Administração						
Resultado operacional	27.855	(1.518)				
Recitas/(despesas) financeiras líquidas	(2.291)	(14)				
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CSLL	25.564	(1.532)				
Corrente	(8.087)	—				
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	17.477	(1.532)				
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em Milhares de Reais)						
Capital social	Reserva de lucros	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total		
Saldos em 31.12.2021 (Não auditado)	1	—	(176)	(176)		
Prejuízo do exercício	—	—	(1.532)	(1.532)		
Saldos em 31.12.2022 (Não auditado)	1	—	(1.708)	(1.707)		
Aumento de capital	3.125	—	—	3.125		
Lucro líquido do exercício	—	—	—	17.477	17.477	
Distribuição de lucros	—	—	—	(5.164)	(5.164)	
Contribuição da reserva legal	—	—	625	—	(625)	
Destinação para reserva de lucros	—	—	9.980	—	(9.980)	
Saldos em 31.12.2023	3.126	—	625	—	13.731	
Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais)	2023	2022				
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	7.636	(1.463)				
Fluxos de caixa das atividades de investimento	—	—				
Aquisição de ativos imobilizados	(56)	(6)				
Aumento em partes relacionadas - Mútuo	(16.651)	(206)				
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(16.707)	(212)				
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	17.477	—				
Aumento de capital	3.125	—				
Adiantamento para futuras aumento de capital	(1.677)	1.677				
Distribuição de lucros	(5.164)	—				
Contribuição de empréstimos	34.793	—				
Caixa líquido proveniente de investimento	31.077	1.677				
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	6.734	—				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	2				
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.738	4				
Acrescimento/(redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	6.734	2				